

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 36/2026

Data: 25/06/2026

Às 09h00

<https://www.gov.br/compras/pt-br>

UASG:987915 – N.º Comprasnet 90036

OBJETO: SERVIÇO CONTÍNUO DE GESTÃO DE ABASTECIMENTO PARA FROTAS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DIVERSOS.

pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br

(42) 3127-8173_GABRIEL





EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12673/2026

PREÂMBULO

A Prefeitura de Telêmaco Borba, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração**, e sob a responsabilidade das Pregoeiras **Matilde Maria Bittencourt**, **Gleise Cristiane Kwas Lucio** e do Pregoeiro **Gabriel Marcondes Pukanski** designados pelo Decreto Municipal nº 29.909/23, torna público, para conhecimento dos interessados, que em atendimento ao Processo de Despesa nº **106 de 12 de maio de 2026**, e com a respectiva autorização da Exma. Prefeita Municipal, realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE REPRESENTADO PELA MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, a ser realizado por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *Internet*, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/21, a Lei Complementar nº 123/06 e Decreto Municipal nº. 29214/23, aplicando-se subsidiariamente as demais normas regulamentares, a realizar-se no local e horário a seguir:

INFORMAÇÕES GERAIS

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:	DATA: 25/06/2026
HORÁRIO: 09h00min	
UNIDADE COMPRADORA: 987915 – NUMERO DA COMPRA: 90036	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL – COMPRAS.GOV.BR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br	
Referência de Tempo: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o <u>horário de Brasília – DF</u> .	
OBSERVAÇÃO: <u>Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo site e hora, salvo as disposições em contrário.</u>	

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem como objeto para o **SERVIÇO CONTÍNUO DE GESTÃO DE ABASTECIMENTO PARA FROTAS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DIVERSOS**, conforme especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência (Anexo I), visando atender às demandas das Secretarias: SMA, SMOSP, SME, SMS, SEMOP.
- 1.2. O objeto desta licitação será dividido **em LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se à licitante a participação em quantos **LOTES** forem de seu interesse.
- 1.3. O **LOTE** é de **AMPLA DISPUTA**, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Edital, inclusive MEI, ME ou EPP.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



2.1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 9.162.323,26 (Nove milhões, cento e sessenta e dois mil, trezentos e vinte e três reais e vinte e seis centavos)**, na forma indicada no Termo de Referência.

2.2. As despesas decorrentes desta licitação estão incluídas no orçamento da Prefeitura de Telêmaco Borba, para o presente exercício, na classificação abaixo:

ANO	CÓDIGO	DOTAÇÃO	RECURSO	VERBA
2026	90	06.001.04.122.0401.2013.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA
2026	156	06.005.04.122.0401.2022.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA
2026	248	08.003.15.451.1502.2136.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA
2026	403	11.002.12.122.1201.2094.3390.30.00.00	00104	PRÓPRIA
2026	457	11.004.12.361.1201.2101.3390.30.00.00	00104	PRÓPRIA
2026	593	12.001.10.301.1001.2075.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA
2026	594	12.001.10.301.1001.2075.3390.30.00.00	00490	PRÓPRIA
2026	595	12.001.10.301.1001.2075.3390.30.00.00	00494	PRÓPRIA
2026	633	12.001.10.301.1001.2079.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA
2026	634	12.001.10.301.1001.2079.3390.30.00.00	00303	PRÓPRIA
2026	993	15.002.06.122.0601.2036.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA
2026	998	15.002.06.122.0601.2037.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA
2026	1031	15.005.15.452.1503.2137.3390.30.00.00	00000	PRÓPRIA

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.2. Os interessados em participar da licitação deverão atender às condições seguintes:

3.2.1. Credenciar-se previamente no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

3.2.2. Remeter, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço OU o desconto e, na hipótese de inversão de fases, os documentos de habilitação, até a data e hora marcadas para abertura da sessão;

3.2.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.2.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo agente de contratação OU pregoeiro de sua desconexão; e

3.2.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a exclusão do licitante do certame.

3.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não



tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº. 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123.

3.7. Não poderão participar desta licitação:

3.7.1. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

3.7.2. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.3. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando estes forem os elementos técnicos fundamentais de licitação que versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.4. A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.5. A pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.7.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e

3.7.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº. 14.133, de 2021.

3.7.11. O impedimento de que trata o item 3.8.10 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



3.7.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão.

3.7.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7.14. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.7.16. A vedação de que trata o item 3.8.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

4.2. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 09h às 11h15min e das 13h15min às 17h00min.

4.2.1. Serão considerados como dias não úteis os sábados, domingos, feriados nacionais, municipais e demais feriados e pontos facultativos publicados em Boletim Oficial do Município que interfiram no horário de funcionamento do órgão licitante.

4.2.2. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao pregoeiro informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão.

4.2.3. Os prazos para encaminhamento da proposta e dos documentos de habilitação digitalizados serão computados em horas corridas.

4.2.4. Em caso de suspensão, quando da retomada da sessão, os prazos concedidos serão restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação.

4.3. Havendo calamidade pública, fato relevante devidamente justificado ou necessidade de adequação de horário por motivos de administração interna, os horários previstos no item 4.2 poderão ser alterados, cabendo ao agente de contratação informar previamente às licitantes a alteração e a nova data e horário para retomada do pregão ou concorrência, através do Sistema.

4.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração Municipal.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido, por meio eletrônico, através do endereço



eletrônico: pregaoeletronico@telemacoborba.pr.gov.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimento ou às impugnações vincularão os participantes e a Administração e serão divulgadas no Sistema pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo Pregoeiro.

5.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.5. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

5.6. No caso de recebimento via e-mail, em horário estranho ao funcionamento oficial da unidade responsável pelo acompanhamento da licitação, os prazos estabelecidos neste subitem começarão a correr no primeiro dia e hora úteis subsequentes ao registrado na correspondência eletrônica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



- 6.6. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3., 6.4. ou 6.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 6.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, ou percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- Valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e valor total do item;
 - Marca;
 - Fabricante;
 - Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto
- 7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 7.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos nesse Edital.

8. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.3.2. A classificação inicial da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação OU pregoeiro e os licitantes.
- 8.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor **POR LOTE REPRESENTADO PELA MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, conforme definido neste Edital.
- 8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 8.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



8.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

8.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

8.12. **Devido às restrições do sistema Comprasnet, e para efeito de cadastramento das propostas e envio de lances para o item 1 (Serviços de Administração e Gerenciamento), a licitante deverá considerar o valor máximo estimado de contratação (Combustível/ARLA 32 + Taxa de Administração (percentual calculado sobre a média das propostas ofertadas pelos licitantes)) de R\$ 8.953.702,00 (VALOR DO CONTRATO) + R\$ 208.621,26 (TAXA) = R\$ 9.162.323,26. Até o limite de R\$ 8.953.702,00, entende-se como taxa de administração positiva ou igual a zero, abaixo desse valor será recebido como desconto sobre o valor do combustível (percentual abaixo de zero ou taxa negativa).**

8.13. **Os preços dos combustíveis (gasolina comum, etanol, diesel B500 e diesel S10) cobrados na rede credenciada, para pagamento serão os preços de bomba praticados a vista no ato do abastecimento, não podendo ultrapassar o valor da ANP do mês vigente.**

8.14. **MODO DE DISPUTA ABERTO**

8.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.16. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.17. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.18. Encerrada a etapa anterior o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente; ou em ordem decrescente (no caso de pregão por maior desconto).

8.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação ou pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e



reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor original de sua proposta.

8.24. Em relação a itens para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.25. Nas condições acima, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.26. A melhor classificada nos termos do subitem anterior poderá encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática.

8.27. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.28. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema realizará automaticamente um sorteio para definir qual fornecedor será convocado na sequência para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº. 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.29.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.29.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme previsto no Decreto Municipal nº. 29210, de 2023;

8.29.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos do Decreto Municipal nº. 29211, de 2023.

8.29.4. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, nos termos do Decreto Municipal nº. 29.214 de 2023, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado do Paraná;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº. 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.29.5. Caso a regra prevista na cláusula 8.27.4 deste Edital não solucione o empate, será realizado sorteio, nos termos da regulamentação municipal.

8.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para



a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado da classificação.

8.31. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.33. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.4. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14, da Lei nº. 14.133/2021, e na cláusula terceira deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será excluído, por ausência de condição de participação.

9.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.10. A proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá conter:



9.10.1. Proposta de preços, contendo as informações do modelo do Anexo II deste Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação;

9.10.2. Preços unitários e totais, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula;

9.10.3. Constar quantidade de unidades para cada item; descrição detalhada do objeto - conforme o Edital: indicando, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso); e descrição do objeto deve atender o disposto no ANEXO I do Edital, vinculando-se à licitante;

9.10.4. Indicação de que nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

9.11. As propostas readequadas, devem ser enviadas com os valores unitários com 2 (duas) casas decimais, sendo que o valor TOTAL do item não pode ser superior ao ofertado na etapa de lances, ou seja, só serão aceitas propostas que o valor unitário do item multiplicado pela quantidade, resulte em um valor TOTAL igual ou inferior ao ofertado na fase de lances.

9.11.1. Caso os valores estejam em desacordo com o item acima, o Pregoeiro enviará via chat, os valores unitário e totais que serão considerados para o item.

9.12. No caso de aquisição de bens, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.12.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a cláusula 9.12, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.12.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14. Erros no preenchimento da proposta ou da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta e/ou a planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.15. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.16. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos abaixo e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70, da Lei nº. 14.133, de 2021.

10.2. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

10.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.1. Os documentos constitutivos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Prova de regularidade fiscal perante a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal;



b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

c) Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.6.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I - Publicados em Diário Oficial; ou

II - Publicados em Jornal; ou

III - Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento.

b) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário” contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registrados na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.



c) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, deverá apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d) As empresas que utilizam o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital somente estarão dispensados de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova da utilização da ECD – Escrituração Contábil Digital, acompanhado do recibo de entrega. Este documento é assinado digitalmente, o que supre a ausência de assinatura no balanço apresentado na licitação.

e) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, o Balanço patrimonial e demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício.

10.6.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial dos Sócios no domicílio da pessoa física, conforme artigo 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

10.6.2.1. Somente serão aceitas certidões emitidas pelo TJDFR para as empresas sediadas no Distrito Federal, pois sua abrangência não inclui os demais processos de âmbito nacional.

10.7. Para fins de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**:

10.7.1.1. As proponentes deverão apresentar, no mínimo 01 (um) Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica, que comprove a prestação de serviços, e desempenho de atividade de Gestão de Frotas e Abastecimento com tecnologia RFID, NFC ou Tecnologia Equivalente, emitidos por pessoa (s) jurídica (s) preferencialmente de direito público;

10.7.1.2. Para a comprovação a proponente deverá apresentar Cadastro/Relatório de prestação de serviço para uma frota similar ao deste município no momento do levantamento destas informações (sendo de aproximadamente 373 veículos, maquinários e equipamentos), em quantidades iguais ou superiores a 30% do seu quantitativo, sendo o mínimo de 112 veículos, maquinários e equipamentos que utilizem hodômetro ou Horímetro para gestão de abastecimentos.

10.7.1.3. Tal exigência visa “possibilitar” a entender que a CONTRATADA tem condições e experiência no cumprimento do objeto, subentendendo-se que a licitante possui capacidade técnica de atender as demandas propostas neste;

10.7.1.4. O Atestado/Certidão de Capacidade Técnica deverá conter no mínimo: Razão Social, endereço completo, telefone de contato, nome do emitente, cargo e assinatura do mesmo.

10.8. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.9. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.10. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos



do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. Será verificado se o licitante apresentou no sistema declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.13. A documentação poderá ser apresentada em original ou por cópia simples, por meio do sistema. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.15. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.16. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.17. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.18. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, quando:

- a) Necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante;
- b) Para apuração de fato já existente à época da abertura do certame; ou
- c) Destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.19.1. Os documentos complementares, em fase de diligências, terão o prazo de envio estabelecido pelo Pregoeiro, via “chat”, estipulando preferencialmente, o prazo máximo de 30 (trinta) minutos.

10.20. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.21. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

10.22. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



10.23. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

10.24. Caso haja previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal municipal, de outros estados da federação ou internacional, a licitante ficará responsável por juntar a respectiva comprovação.

10.25. Não será aceito qualquer protocolo de entrega ou de solicitação de documentos em substituição aos documentos relacionados neste Edital.

11. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1. Aceita a proposta, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s) em sessão pública e o resultado do julgamento será divulgado no sistema.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº. 29.214, de 2023.

12.2. Quando o recurso apresentado for relativo ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação, a intenção de recorrer deverá ser registrada em campo próprio no sistema em até 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão, sendo-lhes então concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para anexar no sistema eletrônico memoriais contendo as razões recursais.

12.3. O prazo recursal será contado a partir da divulgação do resultado da etapa de habilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, do julgamento das propostas.

12.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.5. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://telemacoboba.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

13. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATO

13.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, conforme modelo constante do Anexo III.



13.2. A adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

13.2.1. O prazo para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.

13.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

13.4. Na hipótese da cláusula acima, os licitantes remanescentes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou retirar o instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor.

13.5. Caso nenhum dos licitantes aceite contratar nos termos previstos na cláusula 16.4, a Administração, observados o valor estimado, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.6. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), o Cadastro do Município e o Cadastro de empresas punidas pelo TCE/PR e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

13.7. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata a cláusula 14.4, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante solicitação do contratado e apresentação de nota fiscal referente ao(s) serviço(s) prestado(s) no período devidamente atestados pelo fiscal/gestor de contrato.

14.2. A emissão da nota fiscal e os pagamentos serão efetuados em conformidade com o estabelecido no Anexo I – Termo de Referência.

14.3. A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal eletrônica idêntica às informações contidas na nota de Empenho.

14.4. Deverá discriminar todos os tributos obrigatórios no corpo da nota fiscal.

14.5. Para o recebimento do pagamento a CONTRATADA deverá possuir conta corrente jurídica em nome da empresa, com os mesmos dados do contrato/empenho.

14.6. Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da



apresentação da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, desde que devidamente executados e recebidos pela fiscalização conforme previsto em contrato.

14.7. Os pagamentos a CONTRATADA serão efetuados após observado todas as normas legais vigentes, obrigando-se a mesma, a manter os requisitos exigidos de habilitação no procedimento licitatório que precedeu a celebração do presente contrato/empenho.

14.8. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada no Anexo I - Termo de Referência, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e indenização pelos danos decorrentes.

14.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

14.10. A fiscalização reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os bens entregues não estiverem em conformidade com as exigências apresentadas neste Edital.

14.11. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a alteração de valor ou a compensação financeira.

14.12. A Prefeitura de Telêmaco Borba poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Edital.

14.13. A Prefeitura de Telêmaco Borba fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

14.14. Para efeito da emissão da Nota Fiscal, o número de inscrição no CNPJ da Prefeitura do Município de Telêmaco Borba é 76.170.240/0001-04 e o endereço é Praça Dr. Horácio Klabin, 37, Centro, Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

14.14.1. Em se tratando de contrato/empenho gerado pelo Fundo Municipal de Saúde, para efeito da emissão da Nota Fiscal o número de inscrição no CNPJ é 10.505.434/0001-05 e o endereço é Praça Dr. Horácio Klabin, 37, Centro, Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

14.15. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, o valor devido será atualizado monetariamente através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), e acrescido de juros moratórios. A remuneração dos juros moratórios serão os mesmos aplicados a caderneta de poupança. Para apuração destes será considerado o período entre a data de seu vencimento, até a data do efetivo pagamento.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

15.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

15.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;



15.1.4. Deixar de entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o processo e/ou execução do contrato;

15.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) Deixar de apresentar amostra; ou
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa;

15.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2. Considera-se inexecução parcial, desde que o objeto ainda seja útil ao contratante:

- a) o descumprimento de obrigação acessória;
- b) a entrega em atraso do objeto contratado ou o retardamento da execução;
- c) o descumprimento de cronograma; ou
- d) a entrega parcial do objeto contratado em relação à quantidade ou às especificações e condições pré-determinadas.

15.3. Considera-se inexecução total:

- a) o descumprimento da obrigação principal;
- b) o cumprimento em atraso ou parcial da obrigação principal que a torne inconveniente ou desnecessária para a Administração;
- c) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido em Edital.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa;

16.1.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Telêmaco Borba; e

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.2. Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelos licitantes durante o processo licitatório:



16.2.1. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

16.2.1.1. De 0,5% do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida;
- b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.2.1.2. De 10% sobre o valor estimado, em caso de recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente;

16.2.1.3. De 20% sobre o valor estimado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa;
- b) fraude à licitação;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846/13.

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, que será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4 a 15.1.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) deixar de entregar a documentação exigida: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.7 a 15.1.11, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.4 a 15.1.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) fraudar a licitação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) para os itens 15.1.4 a 15.1.6 que justifiquem imposição de penalidade mais grave: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até três anos.

16.2.3.1. Serão aplicáveis as sanções abaixo dispostas para as infrações administrativas cometidas pelo contratado:



16.2.4. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, prevista no item 16.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

16.2.5. Multa, de acordo com os seguintes percentuais:

16.2.5.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

16.2.5.2. Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato:

a) ante ao descumprimento de obrigação acessória definida nesse instrumento contratual, até o limite de 07 (sete) dias corridos, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto neste contrato para o cumprimento da obrigação, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação;

b) ante ao descumprimento de obrigação trabalhista, previdenciária ou ambiental, até o limite de 05 (cinco) dias, contados do dia subsequente ao vencimento do prazo previsto no contrato para a apresentação da documentação comprobatória, termo em que poderá ser considerado descumprimento total da obrigação.

16.2.5.3. A multa prevista no item 16.2.5.2, "a" incidirá sobre o valor da parcela, caso o contrato estabeleça o montante relativo à obrigação acessória.

16.2.5.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

16.2.5.4.1. Compensatória, nos seguintes percentuais:

16.2.5.4.1.1. 20% sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

16.2.5.4.1.2. 20% sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

b) prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

16.2.6. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, de acordo com a seguinte dosimetria:

a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena – impedimento pelo período de até dois anos.

b) der causa à inexecução total do contrato: Pena – impedimento pelo período de até três anos.



c) deixar de entregar a documentação exigida pela Administração contratante: Pena – impedimento pelo período de até 6 meses.

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Pena – impedimento pelo período de até um ano.

16.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas cláusulas 15.1.7 a 15.1.11, deste Contrato, bem como as cláusulas 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, respeitada a seguinte dosimetria:

a) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até quatro anos.

b) praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até cinco anos.

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de até seis anos.

f) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 3 a 4 anos.

g) der causa à inexecução total do contrato, que justifique penalidade mais grave do que o impedimento de licitar: Pena – declaração de inidoneidade pelo período de 4 a 5 anos.

16.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 14.133/21 e no Decreto Municipal nº. 29216/23.

16.4. Quando da aplicação de advertência, o contratado deve ser notificado formalmente que a reiteração de conduta punida ensejará a aplicação de penalidade mais severa.

16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8. Na aplicação da sanção de advertência e multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis,



contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação.

16.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

16.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme

normas e orientações dos órgãos de controle.

16.12. São circunstâncias agravantes:

- a) a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- b) o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- c) a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade; e
- d) a reincidência.

16.13. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

16.14. Não prevalece a condenação anterior, para fins de reincidência:

- a) se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido prazo superior a 5 (cinco) anos;
- b) se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

16.15. São circunstâncias atenuantes:

- a) a primariedade;
- b) a conduta do contratado para evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- c) a reparação do dano antes do julgamento; e
- d) confessar a autoria da infração.

16.15.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

16.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº. 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

16.17. A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual



será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.7. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.8. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://telemacoborba.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

17.9. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta de Contrato;

Telêmaco Borba, 09 de junho de 2026.

GABRIEL MARCONDES
PUKANSKI:102745819
06

Assinado de forma digital por
GABRIEL MARCONDES
PUKANSKI:10274581906
Dados: 2026.06.08 14:08:54
-03'00'

Gabriel Marcondes Pukanski
Pregoeiro



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço Contínuo de Gestão de Abastecimento para Frotas, Compreendendo o Fornecimento de Combustíveis Diversos, incluindo o serviço de gerenciamento e controle da frota, através de sistema informatizado e integrado com utilização de etiqueta com tecnologia RFID, NFC ou Tecnologia Equivalente, com disponibilização de rede credenciada de postos, devidamente habilitados, para atendimento aos veículos oficiais da prefeitura de Telêmaco Borba, conforme especificações técnicas, quantidades e valores definidos neste Termo de Referência, observadas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	VALOR
42829 - Serviço de gerenciamento e controle da frota de veículos do Município de Telêmaco Borba, através de sistema informatizado e integrado com utilização de etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar), com disponibilização de rede credenciada para gestão de abastecimento de combustíveis para veículos oficiais.	1 ¹	R\$ 208.621,26 (Taxa = 2,33%) ²
6688 - Etanol combustível Utilização automotivo;De acordo com a legislação vigente da ANP.	4.550	R\$: 4,76
9 - Gasolina comum tipo "C" Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	600.000	R\$: 6,75
8018 - Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo;De acordo com a legislação vigente da ANP.	99.600	R\$: 6,86
8099 - Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo;De acordo com a legislação vigente da ANP.	585.000	R\$: 7,10
42711 - Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas:Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo;Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR);Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente;Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias;O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241;O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Litro.	11.100	R\$ 4,08
Valor Total Anual:		R\$ 9.162.323,26

1.2. É imperativo ao licitante observar a descrição completa do serviço conforme este Termo de referência, edital e seus anexos.

1.3. O(s) objeto(s) desta contratação não se enquadra como bem de luxo, de acordo com as diretrizes fixadas no Decreto Municipal nº. 29202, de 2023.

¹ **PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:** O licitante deve oferta o maior desconto sobre a Taxa Administrativa para Gerenciamento do seu sistema, podendo ser aceito até Taxa de Desconto Negativa.

² Percentual calculado sobre a média das propostas ofertadas pelos licitantes.



1.4. O(s) objeto(s) desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato ou instrumento equivalente, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A remuneração da CONTRATADA será resultante da aplicação da Taxa de Administração (%) somada de uma unidade ao efetivo montante total dos gastos incorridos pelo CONTRATANTE com o abastecimento da frota de veículos e utilização de serviços no mês em referência constante do relatório analítico de despesa devidamente aprovado pela CONTRATANTE.

1.7. A empresa CONTRATADA não poderá fornecer os combustíveis com preços superiores aos praticados em Bomba dos postos de revenda de combustíveis credenciados pelo fornecedor.

1.8. Conforme estabelecido no item 1.6, os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba e/ou negociado diretamente pela CONTRATANTE com o posto credenciado, tendo sempre como limite o preço médio tabelado pela ANP.

1.9. Caso sejam verificados que os preços ofertados à Administração sejam superiores aos praticados no estabelecimento, fica sujeito as sanções estipuladas na Lei 14.133/2021 e Decretos Municipais que regulamenta esta Lei.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 76170240000104-0-000006 a 76170240000104-0-000029/2026
- II. Data de publicação no PNCP: 24/04/2025
- III. Id do item no PCA: 779, 780, 1061, 781, 1594, 782 e 783.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Particularidades dos Objetos:

4.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar rede de postos de combustíveis credenciados, devidamente regularizados e habilitados junto aos órgãos competentes, aptos a fornecer, no mínimo, os seguintes tipos de combustíveis: gasolina comum, etanol, diesel comum (B500), diesel S10 e ARLA 32, destinados ao abastecimento da frota de veículos oficiais do Município;



4.1.2. O abastecimento dos veículos deverá ser efetuado nos postos de revenda de combustíveis credenciados pelo fornecedor (bombas de abastecimento de combustíveis), obedecendo as normas da Agência Nacional do Petróleo, abastecendo os veículos com o combustível adequado, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas.

4.1.3. No âmbito do Município de Telêmaco Borba, a CONTRATADA deverá, de imediato, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, credenciar no mínimo 1 (um) postos de abastecimento, para os combustíveis: gasolina comum e diesel S10, para suprir as necessidades imediatas da frota do município e no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, credenciar, no mínimo, 03 (três) postos de abastecimento. Tais postos deverão assegurar, de forma individual ou conjunta (considerando a totalidade da rede credenciada no município), o fornecimento integral de todos os combustíveis e ARLA 32 elencados na tabela 1.1.

4.1.4. O vencedor da licitação, no ato da assinatura do Contrato, deverá comprovar a rede credenciada através de planilha contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone das empresas, conforme especificado no item 5.1.16 e 5.1.17.

4.1.5. Os postos locais credenciados no município deverão estar habilitados a fornecer todos os tipos de combustíveis que comercializam, conforme especificações constantes na Tabela 1.1. Caso algum posto credenciado, de forma eventual ou permanente, se recuse a disponibilizar qualquer dos combustíveis normalmente ofertados em suas operações regulares, deverá ser imediatamente descredenciado e substituído por outro estabelecimento que assegure o fornecimento integral de todos os combustíveis com os quais opere.

Parágrafo único: O prazo estabelecido para o credenciamento dos 03 (três) postos de abastecimento (mínimo) poderá, excepcionalmente, ser prorrogado, mediante solicitação formal da CONTRATADA, devidamente fundamentada e encaminhada por escrito (inclusive por meio eletrônico), a qual será submetida à análise da Administração Municipal, que poderá, motivadamente, deferir ou indeferir o pedido, conforme o interesse público e a justificativa apresentada.

4.2. Do Gestão de Abastecimento para Frotas:

4.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de gerenciamento eletrônico com acesso via Navegador Web, sendo acessível no mínimo em 2 (dois) navegadores, sendo Mozilla Firefox e Google Chrome ou similares que venham a substituí-los. Este sistema deverá ser fornecido com interface que permita total compatibilidade com os sistemas operacionais do CONTRATANTE.

4.2.2. O sistema deverá fornecer relatórios detalhados de consumo por veículo e por período, média de consumo por quilômetro.

4.2.3. Os relatórios deverão, ainda, permitir a identificação do condutor, o horário do abastecimento, o hodômetro do momento do abastecimento, a quantidade em litros e o tipo de combustível;



4.2.4. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas a serem definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

4.3. Sustentabilidade:

4.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº. 29209, de 2023:

4.3.2. O objeto a ser fornecido deverá atender à descrição e especificações técnicas contidas no respectivo item/ou nas respectivas Normas emitida(s) pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Manual do Fabricante, Instruções Normativas, ou outros documentos, informado(s) pelo Contratante, conforme o caso.

4.3.3. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN nº 01/2010, e legislação correlata, naquilo que couber.

4.3.4. Cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010).

4.4. Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Qualificação Técnica

4.5.1. As proponentes deverão apresentar, no mínimo 01 (um) Atestado ou Certidão de Capacidade Técnica, que comprove a prestação de serviços, e desempenho de atividade de Gestão de Frotas e Abastecimento com tecnologia RFID, NFC ou Tecnologia Equivalente, emitidos por pessoa (s) jurídica (s) preferencialmente de direito público;

4.5.2. Para a comprovação a proponente deverá apresentar Cadastro/Relatório de prestação de serviço para uma frota similar ao deste município no momento do levantamento destas informações (sendo de aproximadamente 373 veículos, maquinários e equipamentos), em quantidades iguais ou superiores a 30% do seu quantitativo, sendo o mínimo de 112 veículos, maquinários e equipamentos que utilizem hodômetro ou Horímetro para gestão de abastecimentos.

4.5.3. Tal exigência visa “possibilitar” a entender que a CONTRATADA tem condições e experiência no cumprimento do objeto, subentendendo-se que a licitante possui capacidade técnica de atender as demandas propostas neste;

4.5.4. O Atestado/Certidão de Capacidade Técnica deverá conter no mínimo: Razão Social, endereço completo, telefone de contato, nome do emitente, cargo e assinatura do mesmo.

4.6. Prova de Conceito

4.6.1. Considerando que o objeto da contratação envolve atividade continuada, sensível e estratégica para o regular funcionamento da frota oficial municipal, fica estabelecido como requisito indispensável de habilitação técnica e de execução contratual que a futura contratada disponha de sistema



informatizado próprio, estável, seguro, auditável, integrado e plenamente operacional, destinado ao gerenciamento do abastecimento de combustíveis e demais insumos correlatos.

4.6.2. O sistema deverá permitir, no mínimo, o controle integral das operações realizadas, contemplando funcionalidades de autorização eletrônica de abastecimentos, identificação de veículos e usuários, parametrização de limites e restrições, registro de transações em tempo real ou sincronizável, emissão de relatórios gerenciais, rastreabilidade das operações, bloqueios preventivos, trilhas de auditoria, acompanhamento de consumo, controle por unidade administrativa e demais mecanismos necessários à fiscalização e gestão contratual.

4.6.3. Em razão da essencialidade da solução tecnológica para a adequada execução contratual, bem como visando mitigar riscos operacionais, financeiros, administrativos e de descontinuidade dos serviços, a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá submeter o sistema à Prova de Conceito (POC), nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, destinada à verificação prática da compatibilidade da solução ofertada com todas as exigências previstas neste Edital e seus anexos.

4.6.4. A Prova de Conceito será realizada exclusivamente na modalidade REMOTA, por meio de videoconferência on-line, em ambiente virtual seguro, estável e com compartilhamento de tela em tempo real, vedada a apresentação presencial.

4.6.5. A demonstração deverá ocorrer obrigatoriamente em ambiente funcional e operacional do próprio sistema da licitante, com acesso integral às funcionalidades exigidas, sendo vedada a apresentação exclusivamente por meio de:

- Slides;
- Vídeos gravados;
- Protótipos estáticos;
- Simulações não operacionais;
- Ambientes fictícios sem processamento real;
- Materiais meramente ilustrativos.

4.6.6. A licitante deverá comprovar, durante a POC, de forma objetiva, prática e satisfatória, o atendimento integral dos requisitos mínimos estabelecidos pela Administração, especialmente quanto a:

- Operacionalidade do sistema;
- Segurança da informação e controle de acesso;
- Emissão de relatórios gerenciais;
- Rastreabilidade e auditoria das transações;
- Parametrização de regras e limites de utilização;
- Disponibilidade de suporte técnico;
- Integração entre rede credenciada e plataforma gerencial;
- Mecanismos de prevenção a fraudes e inconsistências;



- Estabilidade da plataforma durante utilização simultânea;
- Registro de logs e trilhas de auditoria;
- Funcionamento em ambiente web responsivo.

4.6.7. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar será convocado pelo Pregoeiro, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data designada para realização da Prova de Conceito – POC, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução tecnológica especificadas neste Termo de Referência.

4.6.8. A POC será acompanhada por comissão técnica especialmente designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens constantes do ANEXO C, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante solicitação formal encaminhada ao Pregoeiro com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data agendada.

4.6.9. O acompanhamento dos procedimentos de aferição ficará limitado à participação de até 2 (dois) representantes por licitante.

4.6.10. O Pregoeiro será o responsável pela criação, gerenciamento, controle e disponibilização do link para acesso à plataforma de videoconferência destinada à realização da Prova de Conceito (POC), competindo-lhe encaminhar aos licitantes e à comissão técnica os links, acessos e orientações necessárias para participação na sessão remota.

4.6.11. A licitante deverá encaminhar ao Pregoeiro, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis após a convocação, exclusivamente as seguintes informações necessárias à realização da sessão remota:

- Nome completo e qualificação dos representantes responsáveis pela apresentação;
- E-mails dos apresentadores;
- Telefones de contato para suporte imediato durante a sessão;
- Relação dos participantes que necessitarão acesso à plataforma;

4.6.12. Caberá ao Pregoeiro o controle de acesso à sala virtual, gerenciamento dos participantes, autorização de ingresso na sessão, organização dos trabalhos e adoção das medidas necessárias à regular condução da apresentação remota.

4.6.13. A sessão remota será integralmente gravada pela Administração para fins de auditoria, registro processual, transparência, instrução do processo licitatório e eventual necessidade de diligências ou recursos administrativos, ficando os participantes cientes e concordes com tal condição.

4.6.14. A licitante deverá garantir conexão estável de internet, equipamentos adequados, áudio inteligível, compartilhamento funcional de tela e plenas condições técnicas para realização contínua da demonstração, sendo de sua exclusiva responsabilidade quaisquer falhas, interrupções, instabilidades ou impossibilidades técnicas que comprometam a avaliação da solução.

4.6.15. Caso ocorram interrupções técnicas atribuíveis exclusivamente à licitante e que inviabilizem a continuidade da demonstração por período superior a 15 (quinze) minutos consecutivos, a sessão poderá ser encerrada pela comissão técnica, com registro em ata, podendo a licitante ser desclassificada, conforme avaliação motivada da Administração.



4.6.16. Os participantes que acompanharem a sessão deverão manter seus microfones e câmeras desativados durante toda a realização da Prova de Conceito, salvo quando expressamente autorizados pelo Pregoeiro para manifestação.

4.6.17. Em caso de descumprimento dessa orientação, o participante será advertido para regularizar sua conduta. Persistindo a irregularidade ou havendo reiterado descumprimento das orientações de condução da sessão, o Pregoeiro poderá determinar sua remoção da sala virtual, a fim de preservar a ordem, a regularidade dos trabalhos e a adequada avaliação da Prova de Conceito.

4.6.18. A eventual remoção do participante não implicará prejuízo ao exercício do controle e acompanhamento do procedimento, uma vez que a íntegra da sessão será gravada e posteriormente disponibilizada aos interessados

4.6.19. Durante a apresentação, a comissão poderá solicitar execuções práticas adicionais, simulações operacionais, emissão de relatórios, parametrizações, consultas, alterações de perfis, demonstração de logs, rastreabilidade de operações e demais verificações necessárias à validação efetiva das funcionalidades exigidas.

4.6.20. A equipe técnica elaborará relatório conclusivo contendo o resultado da Prova de Conceito, informando se a solução tecnológica apresentada pela licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar atende ou não às especificações técnicas e operacionais estabelecidas.

4.6.21. Caso o relatório conclua pela conformidade integral da solução tecnológica apresentada, a licitante será declarada vencedora do processo licitatório.

4.6.22. Caso o relatório conclua pela não conformidade da solução tecnológica apresentada, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

4.6.23. Poderá ser considerada aprovada com ressalvas a solução que, embora contemple todas as funcionalidades previstas na POC, apresente falhas pontuais não impeditivas durante os testes.

4.6.24. Na hipótese de aprovação com ressalvas, as inconformidades identificadas serão formalmente registradas, concedendo-se à licitante o prazo improrrogável de 3 (três) dias úteis, contados da ciência do relatório, para realização dos ajustes necessários e disponibilização da solução para nova validação complementar.

4.6.25. Caso o novo relatório técnico conclua pela permanência de não conformidades nos ajustes realizados, em razão de estes se mostrarem insuficientes para sanar as ressalvas identificadas durante a Prova de Conceito (POC), ou diante da impossibilidade de comprovação prática das funcionalidades corrigidas, da constatação de instabilidade nas correções implementadas, da existência de correções parciais/incompletas ou da dependência de desenvolvimento, implementação ou atualização futura para pleno atendimento dos requisitos exigidos, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

4.6.26. No caso de desclassificação da licitante, o Pregoeiro convocará o próximo licitante classificado, obedecida rigorosamente a ordem de classificação, sucessivamente, até que uma licitante atenda integralmente aos requisitos e funcionalidades previstos no **ANEXO C**.

4.6.27. Durante a Prova de Conceito não será objeto de validação exaustiva o aplicativo móvel vinculado ao Sistema de Gerenciamento de Abastecimentos, contudo, a licitante deverá demonstrar



sua existência, integração funcional e pleno funcionamento em conjunto com a plataforma principal apresentada.

4.6.28. A ausência injustificada da licitante na sessão remota da Prova de Conceito, o não envio das informações necessárias para acesso à videoconferência dentro do prazo estabelecido, ou a impossibilidade de realização da demonstração por falha atribuível exclusivamente à licitante, poderá ensejar sua imediata desclassificação do certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Disponibilização do Sistema de Gestão de Abastecimentos:

5.1.1. A disponibilização e apresentação do sistema de gestão deverá ocorrer em até 07 (sete) dias, por parte da CONTRATADA, após a assinatura do contrato, junto à Comissão de recebimento ou servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração, devendo a empresa apresentar todas as ferramentas, dados, documentos compatíveis com os testes de funcionalidades a serem realizados pelos Município, com a finalidade de verificar a validade da implantação do sistema e legitimidade dos dados de cadastramento da rede credenciada, dos bens da CONTRATANTE, usuários, operadores, gestores, fiscais etc. e a parametrização dos dados coletados, bem como a detecção e impressão das consulta de dados gerados pelo sistema em funcionamento.

5.1.2. A apresentação do sistema deverá ser realizada presencialmente por preposto da CONTRATADA com amplo conhecimento técnico do sistema, capaz de esclarecer os principais conceitos da estrutura do sistema, bem como apresentar as funcionalidades e outras ferramentas disponíveis no sistema.

5.1.3. O cadastro dos bens, condutores, usuários, operadores etc., será realizada pela prestadora de serviços em até 02 (dois) dias, após a entrega dos dados por parte da CONTRATANTE.

5.1.4. A implantação do sistema de serviço de gestão ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a conclusão da fase anterior.

5.1.5. Deverá emitir comprovante da transação realizada, independentemente da solicitação do condutor, com, no mínimo, os seguintes dados:

- I. Identificação do posto (nome e endereço);
- II. Identificação do veículo (placa ou patrimônio);
- III. Hodômetro do veículo no momento da operação;
- IV. Tipo de combustível utilizado;
- V. Data e hora da transação;
- VI. Quantidade de litros;
- VII. Valor da operação;
- VIII. Local destinado para o condutor informar sua Identificação (Matricula, RG, CPF e etc.) e consignar sua assinatura ou senha pessoal.



5.1.6. A validação da parametrização do sistema será aferida pelo servidor designado pela CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias após a entrega das fases antecedentes.

5.1.7. O treinamento nos módulos e demais ferramentas do sistema deverá ocorrer durante os 05 (cinco) dias subsequentes da validação da parametrização do sistema.

5.1.8. A disponibilização da Rede Credenciada deverá ser iniciada imediatamente após a assinatura do contrato, com prazo máximo de finalização em até 7 (sete) dias para disponibilizar toda a rede de postos credenciados.

5.1.9. As etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar), deverão ser implantadas no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total da frota em até 05 (cinco) dias úteis após a implantação do sistema e o restante, 50% (cinquenta por cento), até 10 (dez) dias úteis após a implantação do sistema.

5.1.10. Caberá exclusivamente à CONTRATANTE definir os critérios de prioridades de distribuição das etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar).

5.1.11. Serão disponibilizados sem ônus a CONTRATANTE, sempre que necessário, as etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar), para substituição/2º via, quando os que estiverem em uso apresentarem defeito ou forem inutilizados/perdidos, sem custo a CONTRATANTE.

5.1.12. Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba, tendo sempre como limite o preço médio tabelado pela ANP.

5.1.13. Os valores máximos dos combustíveis fornecidos pela rede credenciada serão faturados de acordo com o preço médio da ANP do estado onde o abastecimento for efetuado.

5.1.14. Esses valores máximos estão disponibilizados no endereço eletrônico da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis:

5.1.14.1. <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-da-anp/painel-dinamico-de-precos-de-combustiveis-e-derivados-do-petroleo>.

5.1.15. Os serviços serão executados com estrita observância dos prazos e valores presentes nesta Termo de Referência.

5.1.16. A CONTRATADA deverá manter atualizada a lista dos postos de abastecimento integrantes da rede credenciada, disponível para consulta pelo fiscal do contrato no Sistema de gerenciamento, e informar, imediatamente à CONTRATANTE, eventuais inclusões e exclusões de postos credenciados.

5.1.17. Sendo obrigatório apresentar a disponibilidade de pelo menos um posto credenciado nos municípios indicados no **ANEXO B**.

5.2. Do Aplicativo:

5.2.1. O aplicativo deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

5.2.2. O sistema deverá permitir o cadastro de forma online de gestores com perfil e níveis de alçadas para cada uma das divisões da prefeitura;

5.2.3. O sistema de autogestão deverá validar os parâmetros pré-definidos pela Unidade Gestora apresentados a baixo e em tempo real;



- 5.2.4. Efetuar eletronicamente o registro e o tratamento das informações de consumo dos serviços listados no Termo de Referência, através do uso de equipamentos especializados de leitura e gravação de dados instalados nos postos;
- 5.2.5. Permitir o cancelamento imediato da etiqueta, para os casos de perda/roubo, extravio ou outro evento informado pela Unidade Gestora;
- 5.2.6. Bloquear a operação da etiqueta eletrônico que esteja fora dos parâmetros restritivos definidos pelo Órgão;
- 5.2.7. Permitir a configuração de bloqueio automático de veículos e condutores que não realizar abastecimento em período estipulado pela CONTRATANTE;
- 5.2.8. Permitir a solicitação de 2ª (segunda) via da etiqueta no sistema;
- 5.2.9. Programação de bloqueio imediato ou por período de data;
- 5.2.10. Permitir a parametrização da autonomia e tolerância de km/l mínimo e máximo ou L/H mínima e máxima;
- 5.2.11. Permitir parametrização da capacidade de tanque por tipo de combustível autorizado;
- 5.2.12. Permitir alteração do responsável pela frota/veículos;
- 5.2.13. Parametrização restritiva e informativa do preço mínimo e máximo por tipo de combustível;
- 5.2.14. Parametrização restritiva e informativa da quantidade de abastecimentos por veículo por DIA, SEMANA e MÊS;
- 5.2.15. Parametrização restritiva e informativa de abastecimentos por data e hora;
- 5.2.16. Parametrização restritiva e informativa do tempo entre um abastecimento e outro;
- 5.2.17. Não aceitar quilometragem menor ou igual que a anterior;
- 5.2.18. Parametrização restritiva e informativa de controle de vencimento da carteira nacional de habilitação do motorista;
- 5.2.19. Parametrização restritiva e informativa da cota (L) de abastecimento;
- 5.2.20. Parametrização restritiva e informativa do Horário Restrito para abastecimento;
- 5.2.21. Parametrização restritiva e informativa do Dia da Semana restrito para abastecimento;
- 5.2.22. Assegurar que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota.
- 5.2.23. Meio de pagamento através de etiqueta para cada veículo/equipamento, vinculando placa, frota (unidade/secretaria credenciada) e tipo de combustível, bem como estabelecer parâmetros de controle a serem definidos pelo gestor da frota;
- 5.2.24. O sistema deverá permitir que sejam feitos avisos preventivos de vencimento de CNH ao Gestor;
- 5.2.25. Para as emissões de 2ª (segunda) via da etiqueta; o cancelamento da etiqueta que está em uso e o desbloqueio da 2ª (segunda) via ocorrerá simultaneamente mediante a 1ª (primeira) utilização da nova etiqueta;
- 5.2.26. Solução para que não seja gerada taxa de cobrança, nos meses subsequentes, pelas etiquetas ativas e não utilizadas no período de 30 (trinta) dias corridos;



5.2.27. Deverão ser lançados no sistema de gestão das etiquetas atualizadas em tempo real, o valor do abastecimento, litragem e quilometragem do veículo e estabelecimento após cada fornecimento.

5.2.28. A CONTRATADA deverá fornecer acesso aos estabelecimentos credenciados e a CONTRATANTE consultarem de forma online os valores devidos por cada transação, bem como histórico dos valores pagos e o comprovante de pagamento.

5.3. Dos Relatórios Operacionais:

5.3.1. Emitir relatório que contemple cada abastecimento realizado nos postos credenciados, como: modelo do veículo, placa, Unidade Gestora, condutor, limite financeiro do veículo, quantidade utilizada, preço pago, distância percorrida a partir do consumo do serviço anteriormente realizado (hodômetro), data, horário, nome do posto de abastecimento, além de outras necessárias ao controle da frota;

5.3.2. Possuir ferramenta que permita ao gestor do contrato selecionar as informações disponibilizadas no cadastro de veículos e assim gerar um relatório somente com os dados que julgue necessários para sua consulta, devendo o sistema permitir, cadastrar, alterar, desativar e nomear o seu próprio relatório. Este ao ser criado deverá ficar disponível no sistema. Poderão ser criados e nomeados quantos relatórios sejam necessários. As opções a serem disponibilizadas para que o gestor escolha e monte seu próprio relatório são no mínimo: data, tipo de frota, modelo de veículo, horário, motorista, placa, hodômetro ou Horímetro, serviços, quantidade, valor unitário, valor total, km rodada ou hora trabalhada, km/l e ou l/h, valor por km, estabelecimento, cidade do estabelecimento, uf.;

5.3.3. Informatização dos dados de consumo, no momento do abastecimento, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do condutor, do estabelecimento, data e horário, tipos de combustíveis, quantidade em litros, em reais (R\$), médias praticadas por veículo;

5.3.4. Relatório com a rede de estabelecimento credenciado e valores praticados dos combustíveis atualizados;

5.3.5. Lista de veículos próprios por unidade gestora;

5.3.6. Relação de condutores por secretaria;

5.3.7. Relação de gestores por secretaria;

5.3.8. Relação de veículos por secretaria;

5.3.9. Relatório (diário, mensal, em intervalo de datas definidas) de utilização dos serviços por condutor; por veículo; por Unidade Gestora; por posto credenciado; por caminhão comboio; por localidade; por serviço e outros que possam vir a ser solicitados, durante o período de vigência do contrato e prorrogações, caso estes venham a ser firmados;

5.3.10. Permitir consulta do cadastro e consumo dos veículos das Unidades Gestoras dentro do mesmo ambiente;

5.3.11. Emissão de relatório de veículos bloqueados automaticamente;

5.3.12. Emissão de relatório de motoristas bloqueados automaticamente;

5.3.13. O sistema deverá disponibilizar a base de dados em formato eletrônico com layout definido pela CONTRATANTE;



- 5.3.14. Relatórios dos abastecimentos realizados na rede credenciada com o respectivo número do cupom fiscal referente à compra realizada;
- 5.3.15. Os relatórios deverão ser programados em modo paisagem quando necessário ou solicitado pela Administração e com tamanho de fonte que possam proporcionar melhor leitura para os usuários;
- 5.3.16. As datas de abastecimento deverão ser em ordem crescente e separada por veículo e centro de custo;
- 5.3.17. No final do relatório deverá informar a quantidade do combustível (abastecimento) separado por: gasolina, diesel BS500, diesel S10, etanol e ARLA 32, quantidades e valor total de cada;
- 5.3.18. Permitir a manutenção dos cadastros, parametrizações e emissão de relatórios operacionais e financeiros para controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas com os serviços contidos neste projeto básico, em cada base operacional do sistema;
- 5.3.19. Fornecer as informações a Unidade Gestora do contrato e permitir a emissão de relatórios relativos a todo o período de vigência do contrato, sendo flexível, a seleção do período de consulta e a seleção das secretarias/unidades;
- 5.3.20. O software de gerenciamento da frota deve fornecer as informações e emissão de relatórios, contemplando o período mensal, no qual deverá iniciar no primeiro dia do mês e terminar no último dia do mês;
- 5.3.21. O relatório poderá ser alterado de acordo com a necessidade dos gerenciadores por parte da CONTRATANTE;

5.4. Da Implantação Do Sistema:

- 5.4.1. Implantar no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, o serviço de gerenciamento do abastecimento de combustíveis para veículos oficiais da Prefeitura de Telêmaco Borba, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado e etiquetas para cada veículo, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, que habilitará os motoristas e condutores para aquisição de combustível junto à rede credenciada da CONTRATADA.
- 5.4.2. A implantação pela CONTRATADA compreende:
- 5.4.2.1. Planejamento da implantação e validação pela CONTRATANTE;
- 5.4.2.2. Cadastramento e registro dos veículos da frota da CONTRATANTE;
- 5.4.2.3. Cadastramento de todos os usuários e Gestores do Sistema, com seus respectivos níveis de acesso;
- 5.4.2.4. Cadastramento de todos os motoristas e condutores dos veículos da CONTRATANTE;
- 5.4.2.5. Apresentação da relação de no mínimo 03 (três) postos de combustível na cidade da licitante;
- 5.4.2.6. Treinamento de usuários, gestores, motoristas e condutores;
- 5.4.2.7. Treinamento da rede credenciada.
- 5.4.3. A rede de postos de combustível credenciados e disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser o suficiente para o pleno atendimento da demanda básica de serviços da Unidade Administrativa, contendo até a assinatura do contrato, no mínimo 01 (um) postos credenciados de combustível no



Município. O serviço deverá ser utilizado imediatamente após a implantação conforme estabelecido no Item 4.1.3.

5.4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, em todo ou em parte, para terceiros, seja para empresas subsidiárias ou inclusive do mesmo grupo econômico, seja da solução tecnológica de gerenciamento (sistema utilizado pela CONTRATANTE e pelos postos credenciados), da qual deverá a licitante ser proprietária, seja dos sistemas de captura das transações eletrônicas, dos quais também deverá a licitante ser proprietária.

5.5. Integração ao Sistema de Gestão Pública:

5.5.1. A contratada deverá garantir no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que, justificado por escrito e plenamente aceito pela administração pública, a integração total das informações disponibilizadas pelo sistema de gestão de frotas e abastecimento ao sistema de gestão pública atualmente utilizados pelo município ou sistema que venham a suceder este, sendo disponibilizado pelo município as informações necessárias para a criação e APIs e o contato direto com a empresa gestoras do sistema de gestão pública e banco de dados conforme **Nota Técnica** repassadas pela empresa, em anexo a este Termo de Referência.

5.6. Treinamento Dos Condutores E Gestores:

5.6.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus para a CONTRATANTE, programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema, incluindo:

5.6.2. Operações de Cadastramento, parametrização das etiquetas e limite de crédito;

5.6.3. Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios;

5.6.4. Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;

5.6.5. Aplicação prática do Sistema;

5.6.6. Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

5.7. A Etiqueta RFID, NFC ou Tecnologia Equivalente:

5.7.1. Os dispositivos deverão ser fornecidos e instalados diretamente nos veículos de modo a coibir qualquer fraude.

5.7.2. A validade do dispositivo deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses;

5.7.3. Deverá fornecer e instalar novas etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar), quando solicitado pela responsável da secretaria de Frotas (fiscal do contrato), no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da solicitação por escrito, e-mail ou internamente no próprio Sistema de Gerenciamento, devendo-se justificar a razão da solicitação (roubo, perda etc.);



5.7.4. Na hipótese de aquisição de novos veículos, a CONTRATADA deverá fornecer novas etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar) em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação, sem ônus para a CONTRATANTE.

5.7.5. No caso de reemissão, decorrente de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeições da etiqueta, poderá ser solicitada diretamente pelo usuário através da Central de atendimento eletrônico, a CONTRATADA deverá fornecer a etiqueta em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação, sem ônus para a CONTRATANTE.

5.7.6. As etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar) deverão possuir tecnologia de identificação sem a intervenção humana dos dados dos veículos, dispositivo de segurança atrelado a adesivo de tal forma que se tornem fisicamente inoperantes quando removidos da sua localização original, impedindo a identificação do veículo no sistema da rede credenciada.

5.7.7. O valor do crédito disponibilizado para cada veículo corresponderá rigorosamente aos valores solicitados/autorizados pela CONTRATANTE.

5.7.8. A CONTRATADA deverá observar os valores pré-definidos e autorizados pela CONTRATANTE, para cada veículo e/ou unidade (centro de custo), não podendo qualquer atendimento ultrapassar os valores autorizados, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo pagamento dos valores excedidos ao limite autorizado;

5.7.9. A CONTRATADA deverá substituir sem ônus as etiquetas que tenham perdido a validade ou que apresentarem defeitos que impeçam a sua utilização ou, ainda, que tenham sido extraviados em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis após a solicitação da CONTRATANTE.

5.7.10. A CONTRATADA deverá disponibilizar no sistema para o Gestor providenciar o cancelamento/bloqueio imediato das etiquetas que forem extraviados/furtados.

5.7.11. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelos gastos efetuados pelas etiquetas extraviados/furtados após a data da comunicação à CONTRATADA.

5.7.12. Nos locais onde não haja a possibilidade de utilização da etiqueta RFID, a CONTRATADA deverá garantir que a operação ocorra mediante outra tecnologia que inviabilize a ocorrência de fraudes.

5.8. Controle Do Abastecimento:

5.8.1. O sistema deverá fornecer relatórios detalhados de consumo por veículo e por período, média de consumo por quilômetro.

5.8.2. Os relatórios deverão, ainda, permitir a identificação do condutor, o horário do abastecimento, o hodômetro do momento do abastecimento, a quantidade em litros e o tipo de combustível;

5.8.3. Informar do preço mínimo e máximo por tipo de combustível;

5.8.4. Parametrizar a quantidade de abastecimentos por veículo por DIA, SEMANA e MÊS;

5.8.5. Parametrizar abastecimentos por data e hora;

5.8.6. Parametrizar o tempo entre um abastecimento e outro;

5.8.7. Parametrizar a cota (L) de abastecimento;



5.8.8. Parametrizar o Horário Restrito para abastecimento;

5.8.9. Parametrizar o Dia da Semana restrito para abastecimento;

5.8.10. Assegurar que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota.

5.8.11. Meio de pagamento através de etiqueta individual e personalizada para cada veículo/equipamento, vinculando placa, frota (unidade/secretaria credenciada) e tipo de combustível, bem como estabelecer parâmetros de controle a serem definidos pelo gestor da frota;

5.8.12. Deve permitir a identificação do usuário, com senha pessoal por condutor, de maneira a possibilitar o efetivo controle sobre as transações efetuadas evitando transações indevidas.

5.9. Apresentação De Laudo/Teste:

5.9.1. Apresentar a critério da CONTRATANTE, quando solicitado, os laudos/testes dos combustíveis dos postos de combustíveis indicados pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para o Município;

5.9.2. Os procedimentos detalhados para a realização dos laudos/testes de qualidade dos combustíveis deverão seguir a legislação específica editada pela ANP.

5.10. Comissão de Avaliação e Recebimento:

5.10.1. Caberá a Comissão de Fiscalização, designados pela Portaria nº. 5355/2023, composta por 02 membros da Divisão de Material e Patrimônio, 01 membro da Oficina Mecânica e 01 Engenheiro Ambiental, deverá acompanhar formalmente a apresentação da Prova de Conceito, avaliar se a solução tecnológica atende aos itens previstos no ANEXO C, incluindo funcionalidades mínimas exigidas.

5.10.2. Durante a POC, deverá avaliar objetivamente, entre outros aspectos: operacionalidade do sistema, segurança da informação, controle de acesso, relatórios gerenciais entre outras informações e caso haja aprovação com ressalvas, a comissão deverá realizar nova aferição após os ajustes feitos pela licitante.

5.11. Local, Prazo E Condições De Abastecimento:

5.11.1. Obrigatório apresentar a disponibilidade de pelo menos (1) um posto credenciado nas cidades discriminadas no **ANEXO B** e 3 (três) postos na cidade sede da CONTRATANTE.

5.11.2. Dentro do Município de Telêmaco Borba ao menos 2 (dois) postos credenciados deverão possuir atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

5.12. Condições de Execução/Vigência

5.12.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses.

5.12.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.



5.12.3. O objeto da presente contratação caracteriza-se como fornecimento contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços e aquisições indispensáveis à manutenção das atividades administrativas, decorrentes de necessidades permanentes ou de longa duração, conforme devidamente fundamentado na **Descrição da Necessidade da Contratação** constante do **Estudo Técnico Preliminar**.

5.12.4. Considerando que os preços dos combustíveis serão ajustados mensalmente com base na média divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no âmbito estadual, e que a taxa de administração do sistema será definida mediante aplicação de percentual de desconto ofertado pela contratada no certame, não se aplica o reajuste anual previsto para contratos administrativos. Assim, em eventuais prorrogações, haverá apenas a renovação do prazo contratual, mantidas as condições originalmente pactuadas para os combustíveis (Etanol, Gasolina Comum, Diesel BS-500 e Diesel S-10).

5.12.5. Os valores contratados referente ao Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), serão reajustados a cada Prorrogação/Renovação, tendo como limite máximo a variação acumulada dos últimos 12 meses do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), com data-base vinculada à data da Cotação de Preço de Mercado, devendo ser observado o interregno mínimo de 1(um) ano (Inciso I, § 8º Art. 25 da Lei 14.133/2021).

5.12.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.12.7. Conforme previsto no Art. 106 e 107 da Lei 14.133/21, haverá uma Prorrogação/Renovação do Contrato, através de comprovação de Crédito Orçamentário (Autorização de despesas expressa em valores monetários pela LOA para atender a uma determinada programação orçamentária) e vantajosidade dos valores pagos.

5.13. Obrigações da contratada:

5.13.1. Assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributária decorrentes da formalização do contrato e da execução de seu objeto.

5.13.2. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, quando for o caso.

5.13.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato sem prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE.

5.13.4. Atender, por meio de preposto designado, às solicitações da CONTRATANTE, prestando as informações referentes à execução dos serviços, bem como promovendo a correção de eventuais irregularidades.

5.13.5. Quando necessário, atuar como intermediária entre a CONTRATANTE e os postos credenciados, devendo participar de reuniões previamente agendadas para tratar de problemas técnicos ou assuntos que possam influenciar na continuidade da execução dos serviços.



- 5.13.6. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação de sanções.
- 5.13.7. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando as devidas justificativas, sujeitas à apreciação da CONTRATANTE.
- 5.13.8. Regularizar a prestação dos serviços no prazo máximo de 2 (duas) horas, quando se tratar de interrupção do fornecimento ou falha operacional.
- 5.13.9. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 5.13.10. Implantar e manter estrutura organizada própria, com planejamento, execução e supervisão permanente dos serviços, garantindo operação adequada, eficaz e segura, inclusive por meio de sistema informatizado com proteção contra fraudes e irregularidades.
- 5.13.11. Assumir inteira responsabilidade pelas operações financeiras realizadas com a rede credenciada, não podendo, em hipótese alguma, transferir à CONTRATANTE qualquer ônus decorrente.
- 5.13.12. Disponibilizar canal de atendimento 24 (vinte e quatro) horas para esclarecimentos, recebimento de reclamações e atendimento das solicitações da CONTRATANTE.
- 5.13.13. Orientar e exigir dos postos credenciados o fornecimento de comprovante da operação ao condutor do veículo no ato do abastecimento.
- 5.13.14. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 5.13.15. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE e atender às suas reclamações no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.13.16. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução do contrato.
- 5.13.17. Entregar, nos prazos estabelecidos, documentos e informações solicitados.
- 5.13.18. Organizar, manter e administrar rede de estabelecimentos credenciados aptos a aceitar as etiquetas com tecnologia RFID, NFC ou similar.
- 5.13.19. Fornecer, sem ônus para a CONTRATANTE, as etiquetas com tecnologia RFID, NFC ou similar, em quantidade equivalente à frota.
- 5.13.20. Efetivar o credenciamento de novos postos, quando solicitado, no prazo máximo de 3 (três) dias.
- 5.13.21. Fiscalizar se os preços praticados pela rede credenciada estão compatíveis com o mercado, sob pena de rescisão contratual.
- 5.13.22. Garantir a qualidade dos combustíveis fornecidos, conforme normas da ANP.
- 5.13.23. Acompanhar a divulgação de postos autuados ou interditados pela ANP e comunicar imediatamente à CONTRATANTE.
- 5.13.24. Substituir, no prazo máximo de 3 (três) dias, postos credenciados que estejam irregulares ou interditados.



- 5.13.25. Prover alternativa para garantir a continuidade dos serviços em caso de falha no sistema eletrônico.
- 5.13.26. Efetuar os pagamentos devidos aos estabelecimentos credenciados, sob sua exclusiva responsabilidade.
- 5.13.27. Reconhecer que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por tais pagamentos.
- 5.13.28. Adotar providências imediatas para sanar problemas decorrentes dos serviços prestados pela rede credenciada.
- 5.13.29. Atender às exigências do fiscal do contrato.
- 5.13.30. Indicar preposto com atendimento presencial, informando telefone e e-mail, comunicando qualquer alteração.
- 5.13.31. Manter atualizada a relação de estabelecimentos credenciados.
- 5.13.32. Atualizar mensalmente, no sistema, os preços praticados na rede credenciada.
- 5.13.33. Alertar a CONTRATANTE sobre falhas que possam comprometer a execução dos serviços.
- 5.13.34. Apresentar mensalmente relatório das ocorrências, juntamente com a nota fiscal.
- 5.13.35. Manter sigilo sobre informações contratuais, salvo autorização da CONTRATANTE.
- 5.13.36. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.
- 5.13.37. Utilizar empregados devidamente qualificados.
- 5.13.38. Apresentar relação da rede credenciada na assinatura do contrato.
- 5.13.39. Relatar irregularidades verificadas na execução dos serviços.
- 5.13.40. Cumprir as normas relativas à proibição de trabalho infantil e trabalho em condições inadequadas.
- 5.13.41. Promover treinamento da rede credenciada e usuários do sistema.
- 5.13.42. Possibilitar a ampliação da rede credenciada.
- 5.13.43. Disponibilizar solução de integração (web service) para exportação de dados.
- 5.13.44. Disponibilizar comprovantes de pagamento à rede credenciada quando solicitado.
- 5.13.45. Permitir acesso da fiscalização às instalações da rede credenciada.
- 5.13.46. Disponibilizar sistema informatizado de gestão de frota com controle detalhado das operações.
- 5.13.47. Disponibilizar relatórios gerenciais conforme solicitação da CONTRATANTE.
- 5.13.48. Manter suporte técnico ao sistema, garantindo sua operação contínua.
- 5.13.49. Responsabilizar-se pela infraestrutura tecnológica necessária ao funcionamento do sistema.
- 5.13.50. Vedar a utilização de empregados em desacordo com a legislação aplicável.
- 5.13.51. Fornecer certidões e documentos de regularidade quando solicitado.
- 5.13.52. Paralisar atividades que estejam em desacordo com a boa técnica ou que ofereçam risco.
- 5.13.53. Cumprir normas legais e de segurança aplicáveis.
- 5.13.54. Promover a adequada organização técnica e administrativa dos serviços.



5.13.55. Submeter previamente alterações relevantes à aprovação da CONTRATANTE.

5.13.56. Realizar a transição contratual, garantindo a continuidade das informações e dados do sistema.

5.14. Obrigações da Contratante:

5.14.1. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do contrato;

5.14.2. Fornecer a relação dos veículos pertencentes à frota da CONTRATANTE (ANEXO A), autorizados a utilizar os produtos fornecidos, bem como a relação dos motoristas e condutores autorizados ao abastecimento;

5.14.3. Solicitar à CONTRATADA o cadastramento dos servidores que terão acesso ao sistema, com, no mínimo, dois níveis: administrador (com poderes para alteração de limites de crédito) e usuário (com acesso restrito a relatórios);

5.14.4. Designar servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação dos serviços objeto da contratação;

5.14.5. Comunicar formalmente à CONTRATADA a ocorrência de falhas consideradas de natureza grave;

5.14.6. Orientar, supervisionar e controlar a execução contratual, bem como notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de irregularidades ou falhas constatadas na prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção;

5.14.7. Requerer à CONTRATADA a emissão de segunda via da etiqueta com tecnologia RFID, NFC ou similar, em caso de extravio, dano ou inutilização;

5.14.8. Solicitar o cancelamento definitivo das etiquetas com tecnologia RFID, NFC ou similar, vinculadas a veículos, em caso de alienação ou descredenciamento;

5.14.9. Informar imediatamente à CONTRATADA a ocorrência de furto, roubo ou extravio da etiqueta vinculada ao veículo;

5.14.10. Conferir, receber e atestar as faturas ou notas fiscais emitidas pela CONTRATADA;

5.14.11. Efetuar o pagamento das faturas ou notas fiscais emitidas pela CONTRATADA;

5.14.12. Assegurar a adequada prestação dos serviços, verificando seu desempenho e rejeitando, no todo ou em parte, aqueles executados em desacordo com o contrato;

5.14.13. Solicitar a substituição de estabelecimentos credenciados que se mostrem incompatíveis com o objeto contratado;

5.14.14. Assegurar que os preços dos combustíveis praticados nos estabelecimentos credenciados estejam compatíveis com os valores de mercado, mediante pesquisa ou orçamento sempre que necessário;

5.14.15. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

5.14.16. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;



- 5.14.17. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por meio de servidor especialmente designado, registrando em documento próprio as falhas detectadas, com indicação de data e, quando aplicável, dos envolvidos, e encaminhando os registros à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.14.18. Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção e avaliando a adequação das soluções apresentadas;
- 5.14.19. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelo serviço prestado, no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 5.14.20. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA;
- 5.14.21. Não exercer poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo tratar exclusivamente com seus prepostos, ressalvados os casos de atendimento direto previstos no objeto contratual;
- 5.14.22. Não direcionar a contratação de pessoal pela CONTRATADA;
- 5.14.23. Não promover nem aceitar desvio de função dos empregados da CONTRATADA;
- 5.14.24. Não considerar os empregados da CONTRATADA como colaboradores da CONTRATANTE, inclusive para fins de concessão de diárias, passagens ou quaisquer outros benefícios;
- 5.14.25. Adotar as medidas judiciais cabíveis em caso de descumprimento contratual pela CONTRATADA;
- 5.14.26. Fiscalizar o cumprimento de requisitos específicos, inclusive quando a CONTRATADA tiver se beneficiado de margem de preferência estabelecida em edital.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1** O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3** As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim (E-mail e WhatsApp).
- 6.4** O fiscal de contrato ou instrumento equivalente poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5** Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente o gestor do contrato ou instrumento equivalente poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de



execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou instrumento equivalente, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nº. 29203 e 29216, ambos de 2023).

6.7 Cada secretaria nomeará um servidor para realizar a gestão e um servidor para realizar a fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, nomeados GESTOR e FISCAL, em conformidade com o previsto no Decreto Regulamentar nº 29.216/2023 e documentos complementares.

6.8 A indicação dos servidores que trata o item anterior está indicada nos formulários dos requisitantes anexos junto as suas requisições ao compras

6.9 O fiscal do contrato ou instrumento equivalente acompanhará a execução do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato ou instrumento equivalente e neste termo de referência, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração municipal.

6.10 O fiscal do contrato ou instrumento equivalente anotará no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme previsto no § 1º, do art. 117, da Lei nº. 14.133, de 2021.

6.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato ou instrumento equivalente emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção.

6.12 O fiscal do contrato ou instrumento equivalente informará ao gestor do contato ou instrumento equivalente, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do objeto nas datas aprazadas, o fiscal do contrato ou instrumento equivalente comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou instrumento equivalente.

6.14 O gestor do contrato ou instrumento equivalente coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente, a exemplo da autorização de fornecimento, nota de empenho ou contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato ou instrumento equivalente para fins de atendimento da finalidade da Administração municipal.

6.15 O gestor do contrato ou instrumento equivalente acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou instrumento equivalente, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato ou instrumento equivalente e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.



6.16 O gestor do contrato ou instrumento equivalente emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17 O gestor do contrato ou instrumento equivalente tomará providências para solicitar autorização para a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023.

6.18 O gestor do contrato ou instrumento equivalente deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá de imediato, pelo fiscal/gestor do contrato desde que o relatório de consumo esteja em conformidade as especificações do CONTRATANTE ou tenha sido devidamente adequado.

7.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição das exigências contratuais.

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências no serviço ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou instrumento equivalente.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 07 (sete) dias úteis para fins de liquidação.



7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato ou instrumento equivalente e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato ou instrumento equivalente;
- e) O valor a pagar;
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consultas aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68, da Lei nº. 14.133, de 2021.

7.3. Prazo de Pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.4. Forma de Pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



8 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 9.162.323,26 (Nove milhões, cento e sessenta e dois mil e trezentos e vinte e três reais e vinte e seis centavos e) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

8.2 Particularidade Valor para contratação:

8.2.1. Devido às restrições do sistema Comprasnet, e para efeito de cadastramento das propostas e envio de lances para o item 1 (Serviços de Administração e Gerenciamento), a licitante deverá considerar o valor máximo estimado de contratação (Combustível/ARLA 32 + Taxa de Administração (percentual calculado sobre a média das propostas ofertadas pelos licitantes)) de R\$ 8.953.702,00 (VALOR DO CONTRATO) + R\$ 208.621,26 (TAXA) = R\$ 9.162.323,26. Até o limite de R\$ 8.953.702,00, entende-se como taxa de administração positiva ou igual a zero, abaixo desse valor será recebido como desconto sobre o valor do combustível (percentual abaixo de zero ou taxa negativa).

8.2.2. Os preços dos combustíveis (gasolina comum, etanol, diesel B500 e diesel S10) cobrados na rede credenciada, para pagamento serão os preços de bomba praticados a vista no ato do abastecimento, não podendo ultrapassar o valor da ANP do mês vigente.

9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Administração.

9.2 As dotações orçamentárias de cada secretaria estão indicadas nos formulários dos requisitantes anexos junto as suas requisições ao compras.

9.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Telêmaco Borba, 04 de maio de 2026

Responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Nome Servidor: Gilberto dos Santos Aparecido

Matrícula nº: 11070

Cargo/função: Agente Administrativo

Assinatura: _____

De acordo com o Termo de Referência elaborado:

Nome da autoridade: Izomar de Oliveira Pucci

Cargo/função: Secretário Municipal de Administração



Assinatura: _____

ANEXO A³

Placa	Descrição	Prefixo
BBH-1391	L200 TRITON HPE 3.2 / P-30	P-30
BDK7H05	STRADA FREEDOM / P-40	P-40
APG-2864	KOMBI CARAT / APAE	
AVJ-3662	KOMBI CARAT - APAE	
AVI-9883	FIESTA 1.0 / APAE	
AVZ-6510	PARATI 1.6 / FUNREBOM	
18	MÁQUINA MOTOR COMPRESSOR FUNREBOM	
AIU-9085	VW 11130 / CM-41	CM-41
AYJ-7873	VEÍCULO AMBULÂNCIA RENAULT / AB-21	AB-21
ATU5C87	VW 26220 / CM-36	CM-36
34866	MÁQUINA MOTO BOMBA 2BA	
34869	MÁQUINA MOTO ESMERIL STHIL	
AQR-5891	VW 8.150E / CM-32	CM--32
ANJ-8622	AGRALE 2.40T / PM-22	PM-22
ASY-0494	GOL 1.0 / AM-86	AM-86
AMT-7486	DUCATO 2.5 / AB-13	AB-13
APU-4328	KOMBI CARAT / PM-30	PM-30
ATG-5714	GOL 1.0 / AM-89	AM-89
AKP-0321	PALIO 1.5 / AM-40	AM-40
APJ-3820	SAVEIRO 1.8 MI / P-17	P-17
ARZ-0721	KOMBI CARAT / PM-38	PM-38
AKL-5265	CG 125 TITAN / CG-01	CG-01
ARZ-0723	KOMBI CARAT / PM-37	PM-37
ANG-6603	CG 125 FAN / CG-02	CG-02
ATE5B76	GOL 1.6 / AM-90	AM-90
APB-5949	VW 5.140 / CM-28	CM-28
ABK5I51	SANTANA 1.8 / AM-34	AM-34
AIS-5490	STRADA WORKING 1.4 / P-21	P-21
ANX-8046	GOL 1.0 / AM-55	AM-55
APE6F05	SAVEIRO 1.6 / P-15	P-15
ASD-2774	GOL 1.0 / AM-82	AM-82
ASY5G33	GOL 1.0 / AM-87	AM-87
ATC-9291	UNO MILLE / AM-88	AM-88
APU-8364	KOMBI CARAT / PM-28	PM-28
HID-1089	VOLARE A6-V6 / MO-15	MO-15
AQL-2450	GOL 1.0 / AM-72	AM-72
ANM-5536	GOL 1.0 / AM-54	AM-54
ARQ-6440	GOL 1.0 / AM-78	AM-78
APY-8184	KOMBI CARAT / PM-29	PM-29
ATE-5175	SAVEIRO 1.6 / P-22	P-22
ARH2E56	VW 15180E 4x2 / CM-33	CM-33
APZ-9135	GOL 1.0 / AM-69	AM-69
APU6J25	VW 17180 - COL. DE LIXO / CM-30	CM-30
TL-75-2	TRATOR NEW HOLLAND / TR-6	TR-6
ANC-0640	VW 17210 - COL. DE LIXO / CM-24	CM-24
TL-75-3	TRATOR NEW HOLLAND / TR-07	TR-07
MF-283	VEÍCULO LIMPEZA DE RUAS / TR-03	TR-03

³ A listagem acima poderá sofrer alterações devido baixas e aquisições de veículos.



AHI-2887	FORD 1422 COL. DE LIXO / CM-18	CM-18
AEI-4094	MERCEDES BENZ COL. DE LIXO / CM-31	CM-31
AAK-2088	FORD CARGO 1217 / CM-21	CM-21
ARL-6251	KOMBI CARAT / PM-33	PM-33
AQF5E41	VW 26220 6X4 / TB-17	TB-17
ABP-5484	VW 11140 / CM-17	CM-17
MF-290	TRATOR MF-290-1 / TR-01	TR-01
ASB8D60	VW 17250 4X2 / CM-34	CM-34
APU-5711	HILUX 4X2 2.4 / P-16	P-16
ANZ4G72	VW 8.150 / CM-26	CM-26
ANU-6133	FORD CARGO 815 / CM-25	CM-25
0140-B	MOTONIVELADORA NEW HOLLAND / PL-07	PL-07
WA-180-1	PÁ CARREGADEIRA / PC-12	PC-12
MF-292	TRATOR ARADO / TR-04	TR-04
AGE-3395	VW 8.150 / CM-23	CM-23
ATC-5438	VW 17220 / CM-35	CM-35
RCV-05	COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO / RCV-05	RCV-05
48880	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 320DL / ESC-02	ESC-02
AUE-6471	KOMBI CARAT / PM-39	PM-39
AUO-7897	GOL 1.0 / AM-95	AM-95
AUO-7894	GOL 1.0 / AM-96	AM-96
49416	MÁQUINA MOTOR COMPRESSOR CAMINHÃO PIPA	
R-11	ESCAVADEIRA / ESC-01	ESC-01
AUX-0772	MOTOCICLETA XRE-300 / XRE-300	XRE-300
AUX-3286	GOL 1.0 / AM-98	AM-98
AUX-3288	SAVEIRO 1.6 FUNREBOM / P-23	P-23
AUX-3285	GOL 1.6 / AM-97	AM-97
AUX-3284	GOL 1.0 / AM-99	AM-99
AVF-7816	BOXER 2.3 TB / PM-41	PM-41
AVH-9313	VOLVO B270F / ON-06	ON-06
AVK-4592	GOL 1.6 / AM-102	AM-102
AVK-4591	GOL 1.6 / AM-103	AM-103
AVK-4593	GOL 1.6 / AM-104	AM-104
AVO-5584	VW 13130- COMPAC DE LIXO / CM-37	CM-37
AVM4E39	DUCATO 2.5 / AB-18	AB-18
AVO8C16	VW 24220 / CM-38	CM-38
AVO8B70	VW 26220 / TB-18	TB-18
51678	ROLO COMPAC VIBRATÓRIO / RCV-06	RCV-06
AWE-3682	GOL 1.0 / AM-106	AM-106
AWE3G55	GOL 1.6 FUNREBOM / AM-107	AM-107
AWG-4385	KOMBI CARAT / PM-43	PM-43
AWH-0317	GOL 1.0 / AM-108	AM-108
AWM-1371	AGRALE 8700 / CM-39	CM-39
AWU0G80	FORD C 2629 / TB-19	TB-19
AWY-6754	GOL 1.0 / AM-109	AM-109
AWY-6902	GOL 1.0 / AM-110	AM-110
AXB-7176	GOL 1.6 / AM-111	AM-111
53296	TRATOR ESTEIRA KOMATSU / TE-05	TE-05
53297	RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND / R-05	R-05
53298	MOTONIVELADORA / PL-08	PL-08
AXR-5053	GOL 1.6 / AM-112	AM-112
AXR4G36	GOL 1.0 / AM-116	AM-116
AXR4J91	GOL 1.0 / AM-117	AM-117
AXV-2167	GOL 1.6 / AM-118	AM-118



AXW-3430	GOL 1.6 / AM-119	AM-119
AXR-0553	COBALT LTZ 1.8L / AM-113	AM-113
AXR-0349	COBALT LTZ 1.8L / AM-114	AM-114
AXR0D75	COBALT LTZ 1.8L / AM-115	AM-115
AYC9J85	VW 8.160 / CM-40	CM-40
AXX2A76	PALIO WK ATTRAC 1.4 / AM-120	AM-120
AYQ-0915	GOL 1.6 / AM-121	AM-121
AYQ6D13	GOL 1.6 / AM-123	AM-123
AYQ0J12	GOL 1.6 / AM-125	AM-125
AYQ-0684	GOL 1.6 / AM-127	AM-127
AYQ-0680	GOL 1.6 / AM-128	AM-128
AYQ6D11	GOL 1.6 / AM-129	AM-129
AYQ-1856	GOL 1.6 / AM-130	AM-130
AZC4H84	VW 26.280 / CM-42	CM-42
AYS4J80	VW 26.280 / TB-20	TB-20
AYS-5012	SPIN LTZ 1.8L / AM-131	AM-131
AYS-5036	SPIN LTZ 1.8L / AM-132	AM-132
AYS-4990	SPIN LTZ 1.8L / AM-133	AM-133
AYU7F99	VW 8.160 / CM-43	CM-43
AYV2J03	VW 5.150 / CM-44	CM-44
53965	MINI CARREGADEIRA CATERPILLAR 226B3 / MC-01	MC-01
AYU-7587	VOLARE W8 / MO-21	MO-21
AYY3B34	VW 5.150 / CM-45	CM-45
AYZ-4474	GOL 1.6 / AM-134	AM-134
AZF-6243	SAVEIRO 1.6 / AB-25	AB-25
AZF6C40	SAVEIRO 1.6 / AB-26	AB-26
AZG-2173	SAVEIRO 1.6 / P-25	P-25
AZI-7123	JUMPER 2.3 / PM-45	PM-45
AZI7B24	JUMPER 2.3 / PM-46	PM-46
AZK-7018	BOXER 2.3 / PM-47	PM-47
AZM-6845	MARCOPOLO DW9 ON / ON-07	ON-07
AZP6I13	VOLARE W9- DW9 / ON-08	ON-08
AZY7B57	FORD F-4000 4X4 / TB-21	TB-21
AZY7B59	FORD F-4000 4X4 / TB-22	TB-22
55097	MINI ESCAVADEIRA NEW HOLLAND E27B / MC-02	MC-02
55098	MINI CAREGADEIRA NEW HOLLOND L218 / MC-03	MC-03
BAE1C52	GOL 1.0 / AM-136	AM-136
BAE-1253	GOL 1.0 / AM-137	AM-137
BAE-1254	GOL 1.6 / AM-138	AM-138
BAF-6426	GOL 1.0 TRENDLINE / AM-139	AM-139
BAF-6432	GOL 1.0 TRENDLINE / AM-140	AM-140
BAF-6429	GOL 1.0 TRENDLINE / AM-141	AM-141
BAF-6423	GOL 1.6 / AM-142	AM-142
55233	RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND B95B-R-06	R-06
BAD-8207	L-200 TRITON GL / P-26	P-26
BAD-8199	L-200 TRITON GL / P-27	P-27
BAD-8201	L 200 TRITON GL / P-28	P-28
BAE-3843	COBALT 1.8 / AM-135	AM-135
BAK-7223	VOLARE WL ESCOLAR / ON-09	ON-09
BAK-7222	VOLARE ESCOLAR W8 / ON-10	ON-10
BAK-7224	VOLARE ESCOLAR W8 / ON-11	ON-11
BAH-8575	GOL 1.0 TRENDLINE / AM-143	AM-143
BAU3E02	VW ROLLON 17.190 WORKER / CM-46	CM-46
BAU-3403	VW 5.150 4X2 / CM-47	CM-47



BAU-3404	VW 5.150 / CM-48	CM-48
	PÁ CARREGADEIRA NEW HOLLAND W130 / PC-13	PC-13
BAU-4292	MERCEDES BENZ 4X2 BAU ACELLO 815 / CM-49	CM-49
BAV-4460	MARCOPOLO VOLARE WL ESCOLAR -EURO V / ON-12	ON-12
BAU-6803	MASTER ALLT AMB3 / AB-27	AB-27
BAY-8262	DUCATO MC TCA MIC / PM-48	PM-48
BBA-9730	JUMPER TCA / AB-32	AB-32
BBF-4062	GOL TRENDLINE 1.6 / AM-145	AM-145
BBF-4063	GOL TRENDLINE 1.6 / AM-144	AM-144
BBF4A61	GOL TRENDLINE 1.6 / AM-146	AM-146
BBE5G52	GOL TRENDLINE 1.6 / AM-147 - FUNREBOM	AM-147
BBG-5772	VAN Renault - APAE / PM-49	PM-49
BBH-1174	L200 TRITON HPE 3.2 / P-31	P-31
BBG-7817	GOL 1.0 MI / AM-148	AM-148
BBH-0625	GOL 1.0 MI / AM-149	AM-149
BBH-1390	L200 TRITON HPE 3.2 / P-29	P-29
APZ-5672	CAMINHÃO FORD - CARGO 1317 - PINTURA	
BBM-4425	SAVEIRO HIGHLINE CD 1.4 / P-33	P-33
BBM-4427	SAVEIRO HIGHLINE CD 1.4 / P-34	P-34
BBM-4429	SAVEIRO HIGHLINE CD 1.4 / P-35	P-35
BBM-4430	SAVEIRO HIGHLINE CD 1.4 / P-36	P-36
BBK-9069	SPRINTER 415 - APAE	
BBM-9445	SAVEIRO HIGHLINE CD 1.4 / P-37	P-37
	VIBROACABADORA - VBA-01	VBA-01
	TRATOR AGRÍCOLA / TR-09	TR-09
BBQ-5707	ASX 2.0 CVT / AM-150	AM-150
	Rolo compactador combinado RCV-07	RCV-07
BBQ-7285	VOYAGE HIGHLINE 1.6 / AM-151	AM-151
BBQ-7278	GOL TL MCV 1.0 / AM-152	AM-152
BBQ-9275	GOL TL MCV 1.0 / AM-153	AM-153
BBQ-9753	VOYAGE HIGHLINE 1.6 / AM-154	AM-154
BBS-2183	MASTER MART L3 2.3 16L / PM-51	PM-51
BBV-5621	VOLARE V8L ESCOLAR RURAL / ON-14	ON-14
BBV-5618	VOLARE V8L / ON-13	ON-13
BBZ-2823	MASTER REVESCAP L3H2 / PM-52	PM-52
BBY-5540	SPIN LTZ 1.8 / AM-156	AM-156
BBY5F42	SPIN LTZ 1.8 / AM-157	AM-157
BBZ-3442	CAMINHÃO VOLKSWAGEN CARROCERIA FECHADA / CM-50	CM-50
FLU-7509	VW 6.160 / CM-51	CM-51
BCL-2567	ONIX JOY 1.0 / AM-158	AM-158
BCL-2568	ONIX JOY 1.0 / AM-159	AM-159
BCL-2569	ONIX JOY 1.0 / AM-160	AM-160
BCL-2570	ONIX JOY 1.0 / AM-161	AM-161
BCL-2571	ONIX JOY 1.0 / AM-162	AM-162
BCL-2572	ONIX JOY 1.0 / AM-163	AM-163
BCL-2582	ONIX JOY 1.0 / AM-164	AM-164
BCL-2573	ONIX JOY 1.0 / AM-165	AM-165
BCL-2578	COBALT 1.8 LTZ / AM-166	AM-166
BCL2F79	COBALT 1.8 LTZ / AM-167	AM-167
BCL-2581	COBALT 1.8 LTZ / AM-168	AM-168
BCL-2580	COBALT 1.8 LTZ / AM-169	AM-169
ATZ-9149	VOLARE W9 ON / ON-15	ON-15
BCR5H81	MASCARELLO ROMA R3 / ON-16	ON-16
BCU4D23	NEOBUS MINI / ON-17	ON-17



BCT5J71	VOLARE W9 / ON-19	ON-19
BCT5J72	VOLARE W9 ON / ON-18	ON-18
BCV6J29	MASTER TRANS ESC / PM-53	PM-53
BCX3G48	ONIX JOY 1.0 / AM-173	AM-173
BCW9E25	PRISMA LT 1.4 / AM-175	AM-175
BCW9E26	PRISMA LT 1.4 - CREAS / AM-176	AM-176
BCW9E27	COBALT LTZ 1.8 LTZ / AM-177	AM-177
BCY5I09	PRISMA LT 1.4 / AM-178	AM-178
BCY5I10	ONIX JOY 1.0 / AM-179	AM-179
BDZ2E38	VW 17230 / CM-55	CM-55
AHX-1795	CAMINHAO VOLKSWAGEN - FUNREBOM	
BDG2C94	ONIX LT 1.4L / AM-180	AM-180
BDG2C98	COBALT 1.8 LTZ / AM-183	AM-183
BDG7I29	L200 SPORT GL 2.4 D 4X4 / P-38	P-38
	MINI ESCAVADEIRA TAKEUCHI TB260 / R-12	R-12
BDF9B21	NXR 160 BROS ESDD / MT-01	MT-01
BDF9B23	NXR 160 BROS ESDD / MT-02	MT-02
BDF9B25	NXR 160 BROS ESDD / MT-03	MT-03
BDF9B33	NXR 160 BROS ESDD / MT-04	MT-04
BDH7C33	NXR 160 BROS ESDD / MT-05	MT-05
	RETRO ESCAVADEIRA MARCA JCB MODELO 3CX R-11	R-11
BDH4D65	NXR 160 BROS ESDD / MT-06	MT-06
BDJ1H86	NXR 160 BROS ESDD / MT-07	MT-07
BDF9B16	NXR 160 BROS ESDD / MT-08	MT-08
BDJ0J85	MONTANA LS 1.4 / P-39	P-39
BDK7H64	STRADA FREEDOM / P-41	P-41
BDK7H67	STRADA FREEDOM / P-42	P-42
BDK7H04	STRADA FREEDOM / P-43	P-43
BDK7H08	STRADA FREEDOM / P-44	P-44
PBL2C53	AIRCROSS START MT / AM-184	AM-184
BDO6J82	SPRINTER 515 CDI / PM-55	PM-55
BDS8H96	ONIX JOY BLACK 1.0 / AM-185	AM-185
BDS8H98	ONIX JOY BLACK 1.0 / AM-186	AM-186
BDS8I01	ONIX JOY BLACK 1.0 / AM-187	AM-187
BDT1B61	ONIX JOY BLACK 1.0 / AM-188	AM-188
BDS8H95	ONIX JOY BLACK 1.0 / AM-189	AM-189
BDU6B37	SPRINTER 415 2.2 / PM-56	PM-56
BDU6B38	SPRINTER 415 2.2 / PM-57	PM-57
	TRATOR ESTEIRA JOHN DEERE TE-06	TE-06
BDR9I06	DUCATO GREENC / AB-33	AB-33
BDX1D82	MASTER L2H2 / AB-34	AB-34
BDX1D76	MASTER L2H2 / AB-35	AB-35
BDX1D80	MASTER L2H2 / AB-36	AB-36
BDX1D78	MASTER L2H2 / AB-37	AB-37
BDX1D83	MASTER L2H2 / AB-38	AB-38
BEB2J73	IVECO TECTOR 260E30 / CM-52	CM-52
BEA2J94	VW 31.280 / CM-53	CM-53
BEA3A21	VW 31.280 / CM-54	CM-54
BEJ3B71	SAVEIRO ROBUST 1.4 / P-45	P-45
BEJ3B72	SAVEIRO ROBUST 1.4 / P-46	P-46
BEJ2F98	KA SL 1.0 5P - ASILO / AM-190	AM-190
BEJ2G15	KA SL 1.0 5P / AM-191	AM-191
BEJ2F99	KA SL 1.0 5P / AM-192	AM-192
BEJ2G14	KA SL 1.0 5P / AM-193	AM-193



BDE9C31	AMBULÂNCIA DAILY CHASSI 35S14 - SAMU / AB-40	AB-40
BEN9I43	SPIN LT 1.8 - ASILO / AM-194	AM-194
BER6E15	VOLARE WL ESCOLAR EURO V / ON-20	ON-20
BEK4C08	VW/17.330 TRIEL	
AXL-5692	SPRINTER 415	
RHB8G20	VEICULO ONIBUS IVECO BUS 10-190E / ON-21	ON-21
BES5H39	AIRCROSS START MT - CT / AM-195	AM-195
ADT-9568	Veículo Toyota / ABS-2389	
RHI4I19	ATEGO 1719 CL FURGÃO / CM-56	CM-56
RHL0E28	MICRO ONIBUS GRAN MICRO / ON-22	ON-22
PBX9C60	AIRCROSS STAR MT 1.6 FLEX / AM-196	AM-196
RHB3I62	VW/GOL 1.0 L MC 4 FLEX / AM-197	AM-197
RHB3C04	VW/GOL 1.0 L MC 4 FLEX / AM-198	AM-198
RHB3H62	VW/GOL 1.0 L MC 4 FLEX / AM-199	AM-199
RHB3F24	VW/GOL 1.0 L MC 4 FLEX / AM-200	AM-200
RHB3J14	VW/GOL 1.0 L MC 4 FLEX / AM-201	AM-201
RHB3H25	VW/GOL 1.0 L MC 4 FLEX / AM-202	AM-202
RHB3J13	VW/GOL 1.0 L MC 4 FLEX / AM-203	AM-203
RHB3H90	VW/GOL 1.0 L MC 4 FLEX / AM-204	AM-204
RHQ8H36	ONIX JOY BLACK 1.0 L FLEX / AM-212	AM-212
RHQ8H40	ONIX JOY BLACK 1.0 L FLEX / AM-211	AM-211
RHQ8H38	ONIX JOY BLACK 1.0 L FLEX / AM-210	AM-210
RHQ8H34	ONIX JOY BLACK 1.0 L FLEX / AM-206	AM-206
RHQ8H30	ONIX JOY BLACK 1.0 L FLEX / AM-207	AM-207
RHQ8H31	ONIX JOY BLACK 1.0 L FLEX / AM-208	AM-208
RHQ8J34	ONIX JOY BLACK 1.0 L FLEX / AM-209	AM-209
RHQ8H35	ONIX JOY BLACK 1.0 L FLEX / AM-205	AM-205
RHU6D02	MASTER L3H2 - MICRO JI / PM-58	PM-58
RHU7D03	M.BENZ ATEGO 1726 4X4 TRIEL / CM-57	CM-57
RHW5G51	VOLARE ESCOLAR V8L LONGO (diesel)(E5) / ON-23	ON-23
RHW5G50	VOLARE ESCOLAR V8L LONGO (diesel)(E5) / ON-24	ON-24
RHW5G49	VOLARE ESCOLAR V8L LONGO (diesel)(E5) / ON-25	ON-25
PBR9B90	NEOBUS MINI ESCOLAR / ON-26	ON-26
	RETROESCAVADEIRA / R-13	R-13
SEF6E52	NEW HB20 COMFORT 1.0 / AM-213	AM-213
SEF6E53	NEW HB20 COMFORT 1.0 / AM-214	AM-214
SEA3E86	TRANSIT MINIBUS 17+114h3 / PM-59	PM-59
SEH3I00	L200 SPORT GLS 2023 / P-47	P-47
SEH3H99	L200 SPORT GLS 2023 / P-48	P-48
SGP6J49	NEOBUS MINI ESCOLAR / ON-27	ON-27
SEH4H67	NEOBUS MINI ESCOLAR / ON-28	ON-28
SEG5E89	NEOBUS MINI ESCOLAR / ON-29	ON-29
SEI5D05	MB ACELLO 815 / CM-58	CM-58
SEM2J85	DUSTERMOD INTENSE 1.6 / P-49	P-49
SEM6C19	DUSTERMOD INTENSE 1.6 / P-50	P-50
SEM6C18	DUSTERMOD INTENSE 1.6 / P-51	P-51
SEM6C21	T DUSTERMOD INTENSE 1.6 / P-52	P-52
SEQ8B14	BONGO UK 2500 HD SC / CM-59	CM-59
SEQ8B09	BONGO UK 2500 HD SC / CM-60	CM-60
SET9F44	MB SPRINTER 417 DIESEL / AB-41	AB-41
SEW4H46	ONIX PLUS 1.4 10TAT PR2 / AM-216	AM-216
SEW4H52	ONIX PLUS 1.4 10TAT PR2 / AM-220	AM-220
SEW4H53	ONIX PLUS 1.4 10TAT PR2 / AM-221	AM-221
SEW4H56	ONIX PLUS 1.4 10TAT PR2 / AM-223	AM-223



SEX0C10	ONIX PLUS 1.4 10TAT PR2 / AM-215	AM-215
SEW4H48	ONIX PLUS 1.4 10TAT PR2 / AM-217	AM-217
SEW4H49	ONIX PLUS 1.4 10TAT PR2 / AM-218	AM-218
SEW4H54	ONIX PLUS 1.4 10TAT PR2 / AM-222	AM-222
SEW4H57	ONIX PLUS 1.4 10TAT PR2 / AM-224	AM-224
SEW4H51	ONIX PLUS 1.4 10TAT PR2 / AM-219	AM-219
SEI9C58	ATEGO 1419 CL / CM-61	CM-61
SFH6J04	ATEGO 1719 / CM-62	CM-62
	VEÍCULO PÁ CARREGADEIRA / PC-14	PC-14
	VEÍCULO ESCAVADEIRA HIDRAULICA / ESC-03	ESC-03
	VEÍCULO MOTONIVELADORA / PL-09	PL-09
SUH6A11	TIGER SPORT 660 - LOCADO / MT-09	MT-09
SSY0J72	TIGER SPORT 660 - LOCADO / MT-10	MT-10
SSZ1E51	TIGER SPORT 660 - LOCADO / MT-11	MT-11
STO2E52	TIGER SPORT 660 - LOCADO / MT-12	MT-12
SUK0A90	TIGER SPORT 660 - LOCADO / MT-13	MT-13
STR3F40	DUSTER INT. 16 - VIATURA - LOCADO / P-53	P-53
SSX7I61	DUSTER INT. 16 - VIATURA - LOCADO / P-54	P-54
SVE5F33	DUSTER INT. 16 - VIATURA - LOCADO / P-55	P-55
SYR5H81	CRETA 16A ACTION 2024 - LOCADO / AM-225	AM-225
SYP6G78	S10 LT DD4A - LOCADO / P-59	P-59
SYP6G77	S10 LT DD4A - LOCADO / P-60	P-60
SIG9D57	Duster Intense 1.6 - Viatura - LOCADO / P-58	P-58
SSZ5J86	Duster Intense 1.6 - Viatura - LOCADO / P-56	P-56
SUQ5A17	Duster Intense 1.6 - Viatura - LOCADO / P-57	P-57
TAO5F18	MASTER H2L2 / AB-43	AB-43
TAO5F23	MASTER H2L2 / AB-44	AB-44
TAP9F28	ONIX PLUS PREMIER TURBO AT 1.0 / AM-226	AM-226
TAP9F25	ONIX PLUS PREMIER TURBO AT 1.0 / AM-227	AM-227
TAP9F21	ONIX PLUS PREMIER TURBO AT 1.0 / AM-228	AM-228
TAQ3E75	ONIX PLUS PREMIER TURBO AT 1.0 / AM-229	AM-229
TAP9F26	ONIX PLUS PREMIER TURBO AT 1.0 / AM-230	AM-230
TAR6I67	SPIN SM ADAPT ACESS LT 1.8 L MT / AM-231	AM-231
TAP9F27	ONIX PLUS PREMIER TURBO AT 1.0 / AM-232	AM-232
TAP9F22	ONIX PLUS PREMIER TURBO AT 1.0 / AM-233	AM-233
TAY6G85	ONIX PLUS PREMIER TURBO AT 1.0 / AM-234	AM-234
SBG3E57	DUSTER INT. 16 - VIATURA - LOCADO / P-61	P-61
TAZ8J97	NEOBUS MINI ESCOLAR / ON-30	ON-30
TAZ9A10	NEOBUS MINI ESCOLAR / ON-31	ON-31
TBC0B52	RENAULT MASTER L2H2 / AB-45	AB-45
TBC0B56	RENAULT MASTER L2H2 / AB-46	AB-46
TBS4J85	STRADA ENDURAN / P-62	P-62
TBR4C85	FIAT STRADA ENDURAN 1.3 FLEX / P-63	P-63
TBV6B40	POLO TRACK MA FLEX / AM-235	AM-235
TBV6B41	POLO TRACK MA FLEX / AM-236	AM-236
TBD4I89	MITSUBISHI TRITON SPORT GLS AT - L 200 - BOMBEIROS	
TBK0G11	AMBULANCIA MASTER FLASH AM5 - SAMU / AB-47	AB-47
TBK0G13	AMBULANCIA MASTER FLASH AM5 - SAMU / AB-48	AB-48
UAW1I52	ONIX 1.0 MT HB / AM-237	AM-237
UAW6E82	AIRCROSS 7 FL / AM-238	AM-238
UBE1A65	FOTON/ AUMARK S 1217A / CM-63	CM-63
UBH8J36	Master Tawa L3 P / PM-60	PM-60
UEQ2D16	ESPECIAL CAMINHONETE S10 HC DD4A	
UBB9D43	Polo Sense TSI - CEDIDO	



UBD5D20

RENAULT MASTER REV L3H2 / AB-49

AB-49

ANEXO B

CIDADES

ALMIRANTE TAMANDARE - PR

APUCARANA - PR

ARAPONGAS - PR

ARAPOTI - PR

ARAUCARIA - PR

CAMPINA GRANDE DO SUL - PR

CAMPO LARGO - PR

CARAMBEI - PR

CASCADEL - PR

CASTRO - PR

CURITIBA - PR

CURIUVA - PR

FOZ DO IGUAÇU - PR

GUARAPUAVA - PR

IMBAU - PR

IRATI - PR

IVAIPORA - PR

JAGUARIAIVA - PR

JANDAIA DO SUL - PR

LAPA - PR

LARANJEIRAS DO SUL - PR

LOANDA - PR

LONDRINA - PR

MARINGÁ - PR

ORTIGUEIRA - PR



PINHAIS - PR
PIRAQUARA - PR
PONTA GROSSA - PR
PRUDENTOPOLIS - PR
RESERVA - PR
ROLANDIA - PR
SAO JOSE DOS PINHAIS - PR
TIBAGI - PR
UMUARAMA - PR

ANEXO C

REQUISITOS DA PROVA DE CONCEITO – POC

AVALIAÇÃO		ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÕES
REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE				
1	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Google Chrome.			
2	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Mozilla Firefox.			
3	Acesso à solução tecnológica por meio de aplicação web compatível com Microsoft Edge.			
REQUISITOS DE DISPONIBILIDADE				
4	Disponibilidade da solução tecnológica mínima de 85%, (oitenta e cinco por cento) do período de tempo utilizado para aplicação da PoC.			
REQUISITOS DE SEGURANÇA				
5	Site de hospedagem da solução tecnológica com certificado SECURE SOCKETS LAYER.			
REQUISITOS DE FUNCIONALIDADE				
6	Acesso à solução tecnológica com utilização de login e senha pessoal.			
7	Controle de Quilometragem.			
8	Controle de abastecimento por data, hora e período.			
9	Controle de abastecimento por litragem/quilometragem.			



10	Cadastro de gestores e motoristas.			
11	Cancelamento da tecnologia RFID, NFC ou Tecnologia Equivalente.			
12	Bloqueio de uso da tecnologia RFID, NFC ou Tecnologia Equivalente.			
13	Configuração de bloqueio automático de veículos e condutores que não realizar abastecimento em período estipulado.			
14	Solicitação de 2ª (segunda) via da etiqueta pelo sistema.			
15	Relatório informativo da quantidade de abastecimentos por veículo por DIA, SEMANA e MÊS.			
16	Não aceitar Hodômetro ou Horímetro menor ou igual que a anterior.			
17	Registro de virada de Hodômetro ou Horímetro			
18	Controle de vencimento da carteira nacional de habilitação do motorista;			
19	Relatório de cada abastecimento realizado nos postos credenciados, como: modelo do veículo, placa, Unidade Gestora, condutor, limite financeiro do veículo, quantidade utilizada, preço pago, distância percorrida a partir do consumo do serviço anteriormente realizado (hodômetro), data, horário, nome do posto de abastecimento, além de outras necessárias ao controle da frota.			
20	Relatório somente com os dados que forem julgados necessários para consulta, devendo o sistema permitir, cadastrar, alterar, desativar e nomear o seu próprio relatório. Este ao ser criado deverá ficar disponível no sistema. Poderão ser criados e nomeados quantos relatórios sejam necessários. As opções a serem disponibilizadas para que o gestor escolha e monte seu próprio relatório são no mínimo: data, tipo de frota, modelo de veículo, horário, motorista, placa, hodômetro ou Horímetro, serviços, quantidade, valor unitário, valor total, km rodada ou hora trabalhada, km/l e ou l/h, valor por km, estabelecimento, cidade do estabelecimento, uf.			
21	O relatório com a quantidade do combustível (abastecimento) separado por: gasolina, diesel BS500, diesel S10, etanol e ARLA 32, quantidades e valor total de cada.			



22	Demonstração da existência e do funcionamento do aplicativo mobile para smartphones, evidenciando sua integração e sincronização com o sistema web			
----	--	--	--	--

FORMULÁRIO - RC 1270 / 2026

Responsável pela elaboração: Halana Ferreira da Silva

Matrícula: 22186

1. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

1.1 Local / endereço: Rua Rodrigues Alves nº 200, Alto das Oliveiras , Telêmaco Borba – Paraná, CEP 84.266-000

1.1 Telefone de Contato (42) 3127 8591

1.2 Horário de recebimento: 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min.

2. VALOR ESTIMADO

2.1 O valor máximo estimado para esta aquisição é de: R\$ 3.484.795,50 (três milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos).

3. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

3.1 Gestor: Paulo Roberto de Oliveira Matrícula: 22391

3.2 Fiscal: Isaias da Silva Matrícula: 8651

FORMULÁRIO - RC 1271 / 2026

Responsável pela elaboração: Deyse Cleier de Araujo Bueno

Matrícula: 22347

1. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

1.1 Local / endereço: Rodovia Pr 160 marginal Pista Oeste CEP 84269090

1.2 Telefone de Contato (42) 3127 8146

1.3 Horário de recebimento: 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min.

2. VALOR ESTIMADO

2.1 O valor máximo estimado para esta aquisição é de: R\$ 1.802.780,00 (Um milhão oitocentos e dois mil, setecentos e oitenta reais).

3. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

3.1 Gestor: Thiago Vunicíus Alves de Almeida Matrícula: 11382

3.2 Fiscal: Paulo Sergio de Oliveira Matrícula: 9464

Telêmaco Borba, 05 de maio de 2026.



Jorge Luiz Vella Junior
Secretário Municipal de Ordem Pública
FORMULÁRIO - RC 1263 / 2026

Responsável pela elaboração: CERLI ALVES TEIXEIRA Matrícula:
9065

1. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

- 1.1 Local / endereço: Rua Wencesleu Bráz, 101 – Centro, CEP 84.261-120, Telêmaco Borba - Pr
- 1.2 Telefone de Contato (42) 3127-8001
- 1.3 Horário de recebimento: 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min.

2. VALOR ESTIMADO

- 2.1 O valor máximo estimado para esta aquisição é de: R\$ 1.809.265,86 (um milhão, oitocentos e nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais e oitenta seis centavos).

3. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

- 3.1 Gestor: LEANDRO BERNARDI RAMIRES, Matrícula: 10724
- 3.2 Fiscal: SIMONICA APARECIDA DE JESUS, Matrícula: 10509

Telêmaco Borba, 08 de maio de 2026.

Izomar de Oliveira Pucci
Secretário Municipal de Administração

FORMULÁRIO - RC 1269 / 2026

Responsável pela elaboração: David Bucalovski Rodrigues
Matrícula: 11763

1. JUSTIFICATIVA

- 1.1 A presente solicitação de combustível justifica-se pela necessidade de garantir o pleno funcionamento da frota de veículos pertencentes à Secretaria de Educação, utilizada na execução de serviços públicos essenciais.

2. LOCAL E ENDEREÇO DE ENTREGA

- 2.1 Local / endereço: Alameda Washington Luís - 50 - Alto das Oliveiras / CEP 84261-170
- 2.2 Telefone de Contato (42) 3127 - 8001
- 2.3 Horário de recebimento: 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min.



3. VALOR ESTIMADO

3.1 O valor máximo estimado para esta aquisição é de: R\$ 788.599,90 (Setecentos e Oitenta e Oito mil Quinhentos e Noventa e Nove reais e Noventa centavos).

4. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

4.1 Gestor: Josiane Hauas / Matrícula: 22371

4.2 Fiscal: Geane Aparecida Farias de Assis / Matrícula: 10017

Telêmaco Borba, de maio de 2026.

*Josiane Hauas
Chefe do Transporte Escolar*

*Édina de Fátima Batista Leal Medalia
Chefe da Divisão de Administração de Ensino*

FORMULÁRIO - RC 1268 / 2026

*Responsável pela elaboração: Luciana Ramos Lemos
Matrícula: 9718*

1. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

1.1 Local / endereço: Rua Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, 341 CEP:84261-320- Macopa – Telêmaco Borba-PR.

1.2 Telefone de Contato (42) 3127 – 8507/ 8508/ 8509

1.3 Horário de recebimento: 08h00min às 11h00min e 13h00min às 17h00min.

2. VALOR ESTIMADO

2.1 O valor máximo estimado para esta aquisição é de: R\$1.276.882,00 (Um milhão, duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais).

3. GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

3.1 Gestor: Ricardo Antonio Rodrigues Matrícula: 22.357

3.2 Fiscal: Osley Adriano dos Santos Matrícula: 7854

Telêmaco Borba, 4 de maio de 2026.

*Paulo Rogério Gomes
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos*



APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento consiste em Estudo Técnico Preliminar – ETP, da etapa de planejamento da contratação, que servirá para avaliar a viabilidade de contratação de serviços e embasar o termo de referência, conforme disposto na Lei nº. 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº. 29201, de 2023.

1.2. Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivos:

- a) Identificar a necessidade da área demandante;
- b) Comparar soluções disponíveis no mercado (vantagens e desvantagens);
- c) Atestar a viabilidade e exequibilidade técnica, econômica, financeira e ambiental da pretensão contratual;
- d) Preparar informações para a elaboração do termo de referência

1.3. A seguir o cumprimento dos requisitos mínimos necessários para este ETP, nos termos do Decreto Municipal nº. 29201, de 2023.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Verifica-se a necessidade permanente de aquisição de combustível destinado ao abastecimento da frota oficial de veículos, em razão da imprescindibilidade dos deslocamentos vinculados à execução dos serviços públicos, tanto de caráter contínuo quanto eventual, abrangendo, entre outros, o transporte escolar, o transporte de pacientes, o deslocamento de servidores, a realização de visitas técnicas, bem como o transporte de mercadorias, insumos e gêneros alimentícios, constituindo-se tais atividades como essenciais ao regular funcionamento da Administração Pública e ao atendimento do interesse coletivo.

2.2. Destaca-se, ainda, a essencialidade do abastecimento da frota vinculada às atividades de segurança pública municipal, especialmente no que se refere às ações de patrulhamento preventivo e ostensivo da Guarda Municipal e patrimonial, atendimento de ocorrências, rondas periódicas, fiscalização de bens públicos e apoio a situações emergenciais. A indisponibilidade de combustível compromete diretamente a capacidade de resposta do ente público, colocando em risco a integridade do patrimônio público e a segurança da coletividade.

2.3. Nos termos dos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da supremacia do interesse público, previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 14.133/2021, é dever da Administração assegurar a plena operacionalidade de sua frota, garantindo condições adequadas de uso, segurança e funcionamento, como instrumento indispensável à prestação regular dos serviços públicos.



2.4. A eventual interrupção no fornecimento de combustível, ainda que por curto período, caracteriza risco à continuidade dos serviços públicos essenciais, ocasionando prejuízos diretos, especialmente quanto ao transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do município e ao atendimento de ocorrências emergenciais pelas equipes de segurança pública, podendo inclusive, responsabilizar a administrativa pela descontinuidade indevida.

2.5. Conforme dados obtidos do sistema atual de Gerenciamento de Frotas, é percebida uma tendência de aumento na utilização de ARLA na frota atual do município, com Ampliação e/ou intensificação do uso da frota de veículos, crescimento das atividades de campo e deslocamentos institucionais, Atendimento a demandas contínuas e eventuais dos serviços públicos, conforme cálculos apresentados a baixo:

Dados Consumo 2025:	
Período	Litragem Consumida
Jan/Fev/Mar:	302,92
Abr/Mai/Jun:	683,02
Jul/Ago/Set:	874,89
Out/Nov/Dez:	1231,58

Aumentos dos Períodos:

De Jan/Fev/Mar → Abr/Mai/Jun

Aumento Litragem: $683,02 - 302,92 = 380,10$

Aumento percentual: $(380,10 / 302,92) = 125,5\%$

De Abr/Mai/Jun → Jul/Ago/Set

Aumento Litragem: $874,89 - 683,02 = 191,87$

Aumento percentual: $(191,87 / 683,02) = 28,1\%$

De Jul/Ago/Set → Out/Nov/Dez

Aumento Litragem: $1231,58 - 874,89 = 356,69$

Aumento percentual: $(356,69 / 874,89) = 40,8\%$

Projeção Aumento:

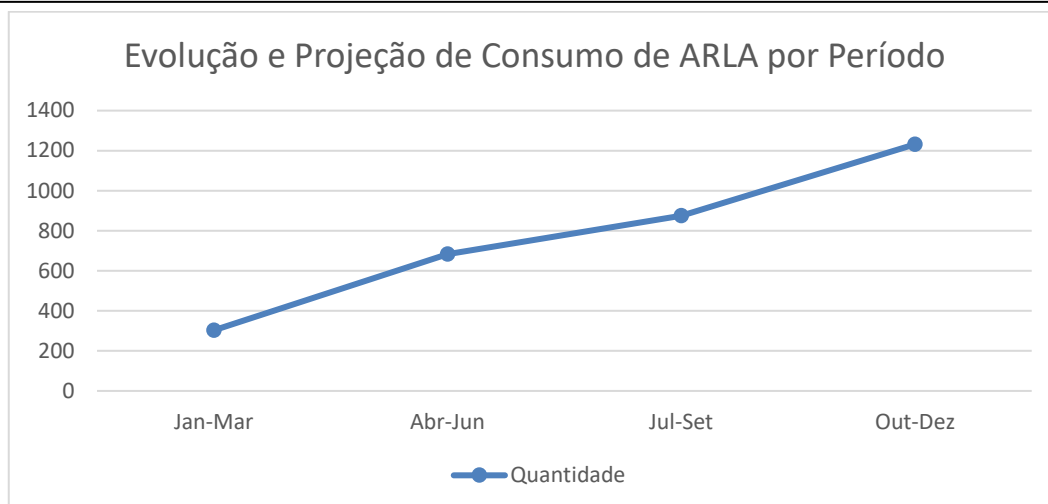
Com base nos aumentos percentuais:

125,5%

28,1%

40,8%

Média de crescimento = 64,8%



2.6. Conforme a tendência de aumento, estimasse que o Total Anual de Consumo desse processo tende a ser de 64,8%, conforme estimado nesse ETP é necessário o aumento na quantidade inicialmente estipulados para o objeto ARLA.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1 A necessidade descrita na cláusula primeira deste ETP está prevista no ID PCA no PNCP: 76170240000104-0-000006 à 76170240000104-0-000029/2026 do Plano de Contratações Anual do exercício de 2026.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Para a contratação de serviço de fornecimento de combustíveis o mercado oferece como possibilidade a contratação direta junto a postos de combustíveis e também a contratação de empresa especializada no gerenciamento de rede credenciada para abastecimento.

4.2. Na Solução 1: Partindo da estimativa de consumo pode ser realizada licitação com o critério de julgamento maior desconto sobre a média de preço praticado no estado, considerando a tabela divulgada pela ANP — Agência Nacional de Petróleo. Sendo a alternativa usualmente utilizada por cidade de pequeno porte o quais não possuem uma grande quantidade de veículos em sua frota, que possuem posicionamento geográfico favorável no estado possibilitando que seus deslocamentos não ultrapassem a capacidade do tanque de combustível de seus veículos ou que não haja disputa vantajosa entre diferentes empresas que ofereça serviços de abastecimento de veículos.

4.2.1. Esse modelo apresenta algumas desvantagens para realidade do Município pois obriga o Município a efetuar o abastecimento de seus veículos no âmbito exclusivo do Município.



4.2.2. A distância física entre as cidades dificulta este tipo de contratação, pois acarreta a impossibilidade de abastecimento dos veículos quando em viagens longas, gerando assim, solicitações de suplementos de fundo para abastecimentos fora do Município, além de restringir a competitividade da licitação.

4.2.3. Sendo assim, para a atual realidade da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, esse modelo de contratação não traria economicidade à Administração Pública, e ainda, não atenderia as necessidades de abastecimentos intermunicipais, que é demandada pelo órgão.

4.3. Ao se pesquisar no mercado formas para a contratação deste objeto, percebeu-se uma evolução na forma de se contratar combustíveis.

4.4. Na Solução 2: Sendo a contratação de empresa especializada no gerenciamento de rede credenciada para abastecimento de veículo na modalidade Pregão, atendendo à demanda da Administração, onde a necessidade surgir.

4.4.1. Neste modelo de contrato, determinada empresa gerencia para terceiros o serviço de abastecimento veicular mediante cartões personalizados com senhas individuais, que podem ser utilizados em qualquer posto da rede credenciada.

4.4.2. Ao final do período contratualmente estipulado, a contratada expedirá o faturamento dos abastecimentos realizados.

4.4.3. A Administração pagará à gerenciadora, não integrando ao contrato administrativo as obrigações desta com os postos de combustíveis, que serão remunerados com base em relação de direito privado firmada com a empresa de gerenciamento.

4.4.4. Assim, a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, o gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis para abastecimento de sua frota.

4.4.5. A rede credenciada não se limita apenas a localidade da sede da contratante, mas poderá atender demandas de âmbito estadual, regional ou nacional.

4.4.6. Na prática, o agente público autorizado efetua o abastecimento de veículo em qualquer dos postos credenciados pela empresa gerenciadora, por meio da utilização de um sistema informatizado e integrado com utilização de etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar), obrigando-se esta última a apresentar relatórios de gastos (consumo), preços praticados, identificação do usuário e dos postos de combustíveis fornecedores.

4.4.7. Os valores pagos serão sobre a média de preço praticado no estado, considerando a tabela divulgada pela ANP — Agência Nacional de Petróleo, caso o preço do combustível da bomba no ato do abastecimento seja inferior ao preço médio mensal vigente da ANP, prevalecerá o menor preço, neste caso o da bomba de combustível.



4.4.8. O gerenciamento e controle de todas as operações efetuadas serão mais eficazes por meio de rede credenciada, garantindo maior transparência.

4.4.9. O sistema também proporciona ao gestor do contrato melhor agilidade nas cotações junto às empresas da rede credenciada.

4.4.10. O sistema propiciará também o completo gerenciamento automático da situação de cada veículo quanto ao seu consumo.

4.4.11. A cobertura da rede de abastecimento deve garantir a disponibilidade e ampla cobertura de atendimento, sem que seja necessária utilização de outros meios para suprir as necessidades durante seus deslocamentos.

4.4.12. Para esse tipo de contratação pode ser utilizado como critério de julgamento das propostas o valor da taxa de administração, como já decidiu o Plenário do C. TCU, no Acórdão no 2731/2009:

"(...) é adequado o uso do valor da taxa de administração como critério de julgamento. Não se trata, aliás, de nenhuma inovação, já que tal sistemática tem sido rotineiramente empregada - sem qualquer crítica desta cofie sob este aspecto, friso — em licitações para contratação de serviços de gerenciamento em que o contratado não é o fornecedor direito do bem ou serviço final demandado pela administração."

4.4.13. De acordo com esse critério de julgamento, vence a licitação a empresa que oferecer a menor taxa de administração, podendo ser, inclusive, de 0% (zero por cento) ou negativa, como admitido no Acórdão no 532/2008 do C. TCU:

"9.2.1. (...) a apresentação de ofertas de taxas de administração negativas ou de valor zero não implica violação ao disposto no art. 44,

4.4.14. Há, ainda, o critério de julgamento baseado no maior percentual de desconto, ou seja, vence a licitação a concorrente que oferecer o maior percentual de desconto sobre a média de preço praticado no estado, considerando a tabela divulgada pela ANP — Agência Nacional de Petróleo.

5. DESCRIÇÃO DO OBJETO/SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Conforme justificado na cláusula quarta, deste Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução eleita apresenta as seguintes especificações:

5.1.1. Trata-se de um serviço de natureza comum, pois após ampla pesquisa realizada no mercado, constatou-se que as especificações e características disponíveis são homogêneas, havendo, portanto, padronização, justificando-se a adoção do pregão, no formato eletrônico.

5.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, segundo os parâmetros definidos no Decreto nº. 29202 de 2023, uma vez que as especificações são apenas as necessárias para atendimento das necessidades usuais do Município.



5.1.3. Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis (gasolina, diesel S-10, diesel comum e etanol), para abastecimento da frota de veículos do Município.

5.1.4. A **Solução 2** é modalidade de serviço amplamente utilizada pela Administração Pública que possuem em suas frotas um alto número de veículos que viajam diariamente, o que demanda o fornecimento do combustível por mais de um posto de abastecimento.

5.1.5. Ainda, a **Solução 2** inclui o serviço de gerenciamento de frota, o que se mostra fundamental para o Município de Telêmaco Borba, que tem uma frota de veículos superior a 300 (trezentos) veículos, maquinários e equipamentos. Sendo o sistema de gerenciamento uma solução eficaz para o controle de abastecimento, organização de dados e emissão de relatórios.

5.1.6. A solução que se propõe para atender a frota desta Municipalidade é a **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Gestão de Frotas** na modalidade **Pregão Eletrônico - Serviço Continuo** para prestação de serviços de administração, gerenciamento e controle para abastecimento de combustíveis, mediante a utilização de sistema informatizado e de recursos tecnológicos, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, utilizando-se para tanto o critério de julgamento da licitação a empresa que oferecer a menor taxa de administração ou maior percentual de desconto sobre o valor da ANP a fim de garantir a competitividade do certame.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

6.1. Conforme levantamento da utilização dos objetos dessa contratação obtidos através do atual sistema de gerenciamento de combustíveis para a frota municipal e ajustes nas quantidades e encaminhado ao setor de compras, conseguimos estabelecer as quantidades a seguir:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	QUANTIDADE
42829 - Serviço de gerenciamento e controle da frota de veículos do Município de Telêmaco Borba, através de sistema informatizado e integrado com utilização de etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar), com disponibilização de rede credenciada para gestão de abastecimento de combustíveis para veículos oficiais.	
6688 - Etanol combustível Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	4.550
9 - Gasolina comum tipo "C" Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	600.000
8018 - Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	99.600
8099 - Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	585.000
42711 - Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas: Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo; Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR); Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente; Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias; O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241; O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Litro.	11.100



6.2. Os quantitativos indicados na tabela a cima são meramente estimados e foram definidos com base no histórico de contratações anteriores e projeção de novas demandas, não obrigando, porém, a utilização integral dos saldos aqui estabelecidos.

6.3. O cálculo da quantidade estimada de combustível teve por base a quantidade utilizada no exercício de 2025, e foi considerado o acréscimo da frota de veículos para 2026.

6.4. Conforme o levantamento detalhado de aquisição de ARLA 32 no período de 2025 e conforme a necessidade de complementação das quantidades do objeto citado através da **Dispensa 004/2026 - Registro de Preços para Prestação de Serviço de Gerenciamento e Controle da Frota com Disponibilização de Rede Credenciada para Gestão de Abastecimento de Agente Líquido ARLA 32 para Veículos Oficiais da Prefeitura de Telêmaco Borba, em favor da Trivale Instituição de Pagamento Ltda.**

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Segue estimativa de preços obtidos na pesquisa de mercado:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	VALOR
42829 - Serviço de gerenciamento e controle da frota de veículos do Município de Telêmaco Borba, através de sistema informatizado e integrado com utilização de etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar), com disponibilização de rede credenciada para gestão de abastecimento de combustíveis para veículos oficiais.	1	PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ⁴
6688 - Etanol combustível Utilização automotivo;De acordo com a legislação vigente da ANP.	4.550	R\$: 4,76
9 - Gasolina comum tipo "C" Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	600.000	R\$: 6,75
8018 - Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo;De acordo com a legislação vigente da ANP.	99.600	R\$: 6,86
8099 - Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo;De acordo com a legislação vigente da ANP.	585.000	R\$: 7,10
42711 - Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas:Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo;Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR);Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente;Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias;O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241;O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Litro.	11.100	R\$ 4,08
Valor Total Anual:		R\$ 8.953.702,00

7.2. O preço dos combustíveis foi previamente levantado por meio de pesquisa pelo portal da Agência Nacional de Petróleo – ANP referente ao **PREÇO MÉDIO** do mês fevereiro de 2026, considerando o preço médio praticado no estado do Paraná.

⁴ **PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:** O licitante deve oferta o maior desconto sobre a Taxa Administrativa para Gerenciamento do seu sistema, podendo ser aceito até Taxa de Desconto Negativas.



7.3. O preço do ARLA 32 foi previamente levantado por meio de pesquisa no Município de Telêmaco Borba, banco de preço e painel de preço.

7.4. Os Objetos a serem adquiridos seguirão as especificações apresentadas no Termo de Referência. O preço aplicado nessa planilha foi estipulado de acordo com os valores do mercado, garantindo a transparência e a conformidade com os padrões estabelecidos para a aquisição a cima citados.

7.5. A despesa total estimada de combustível para contratação é de R\$ 8.953.702,00 (Oito Milhões, novecentos e cinquenta e três mil setecentos e dois reais), conforme apresentado na Tabela a cima.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A licitação será realizada em Lote Único, sendo este:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	VALOR
42829 - Serviço de gerenciamento e controle da frota de veículos do Município de Telêmaco Borba, através de sistema informatizado e integrado com utilização de etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar), com disponibilização de rede credenciada para gestão de abastecimento de combustíveis para veículos oficiais.	1	PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ⁵
6688 - Etanol combustível Utilização automotivo;De acordo com a legislação vigente da ANP.	4.550	R\$: 4,76
9 - Gasolina comum tipo "C" Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	600.000	R\$: 6,75
8018 - Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo;De acordo com a legislação vigente da ANP.	99.600	R\$: 6,86
8099 - Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo;De acordo com a legislação vigente da ANP.	585.000	R\$: 7,10
42711 - Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas:Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo;Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR);Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente;Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias;O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241;O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Litro.	11.100	R\$ 4,08

8.2. Consultando-se o mercado, infere-se que os itens que compõem cada lote são fornecidos pelas mesmas empresas do segmento, de sorte que o agrupamento de itens em lotes não acarretará restrição à competitividade;

8.3. O agrupamento de itens em lote justifica-se, também, pelas seguintes razões:

8.4. O objeto da licitação é único e específico, envolvendo a contratação de uma empresa para gerenciar todo o processo de fornecimento de combustíveis.

⁵ **PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:** O licitante deve oferta o maior desconto sobre a Taxa Administrativa para Gerenciamento do seu sistema, podendo ser aceito até Taxa de Desconto Negativas.



8.5. A divisão desse serviço entre diferentes empresas não é viável, pois poderia comprometer a eficiência operacional e financeira da solução como um todo.

8.6. Apesar da contratação de uma única empresa, haverá disputa pela taxa de administração, mantendo assim a competitividade, já que existem várias empresas no mercado que oferecem soluções para a gestão de abastecimento de frotas, o que possibilita a competitividade.

8.7. Considerando a especificidade do objeto, entendemos que não cabe o seu parcelamento. O objetivo é contratar uma única empresa, a qual será responsável pela gestão do fornecimento de combustíveis, não havendo prejuízo operacional e financeiro para o conjunto da solução, e nem restrição ao caráter competitivo da licitação. Vale destacar que há no mercado várias empresas que oferecem soluções completas e integradas para gestão de abastecimento de frotas, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. O abastecimento dos veículos deverá ser efetuado nos postos de revenda de combustíveis credenciados pelo fornecedor (bombas de abastecimento de combustíveis), obedecendo as normas da Agência Nacional do Petróleo.

9.2. A contratada deverá fornecer por meio de postos credenciados, combustível para abastecimento da frota de veículos a serviço do Município, imediatamente após a formalização do contrato, disponibilizar o atendimento, abastecendo os veículos com o combustível adequado, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas;

9.3. O fornecimento de combustíveis ocorrerá em rede de postos credenciados pela contratada, nas quantidades estabelecidas pelo contratante, de segunda a sexta-feira, em horário comercial e, excepcionalmente, aos sábados, domingos e feriados.

9.4. A contratada deverá disponibilizar sistema de gerenciamento eletrônico com acesso via rede mundial (internet). Este sistema deverá ser fornecido com interface que permita total compatibilidade com os sistemas operacionais do contratante. O sistema deverá fornecer relatórios detalhados de consumo por veículo e por período, média de consumo por quilômetro. Os relatórios deverão, ainda, permitir a identificação do condutor, o horário do abastecimento, o hodômetro do momento do abastecimento, a quantidade em litros e o tipo de combustível;

9.5. Os combustíveis objetos deste contrato deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor;

9.6. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas a serem definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

9.7. A Contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento.



9.8. Nos termos do Artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado concedido às micro e pequenas empresas, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica.

10. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES E/OU CORRELATAS

10.1. Não serão necessárias contratações correlatas para a prestação dos serviços.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Com a contratação do objeto deste ETP, almeja-se alcançar os seguintes objetivos:

11.2. Prestação de serviços de administração e gerenciamento de abastecimento de combustíveis, através do uso de cartões magnéticos em conjunto com sistema de controle informatizado com acesso pela internet em tempo real para os veículos pertencentes ao Município de Telêmaco Borba, com segurança e presteza para o erário público, com vistas ao custo-benefício favorável, através de qualidade dos serviços e informações prestadas, atendendo aos pedidos do contratante de forma diferenciada e padronizada, em acordo com o estabelecido em contrato.

11.3. Agilidade na prestação dos serviços e informações, mediante sistema informatizado on-line, capaz de possibilitar ao contratante consultas em tempo real via internet das operações, e dos relatórios correspondentes por período, por veículo, por tipo de combustível, por serviços utilizados e por condutor.

11.4. O sistema disponibilizado pela contratada deverá possibilitar ao gestor designado pelo contratante estabelecer parâmetros para cada veículo em análise, sendo possível entender a quantidade máxima de combustível possível de ser fornecida em cada abastecimento, quilometragem percorrida mínima entre os abastecimentos, quantidade máxima de combustível possível de ser utilizada em períodos determinados, serviços possíveis de serem utilizados, preço unitário máximo autorizado de combustível no abastecimento, tipo de combustível autorizado.

11.5. Extensão do horário de abastecimento, pois se poderá contar com uma rede de postos com abastecimento funcionando todos os dias da semana, ampliando o horário de atendimento;

11.6. Flexibilidade do sistema de abastecimento pretendidos, pois facilita o acesso a uma rede de serviços dispersa pelas cidades do Paraná e até em outros estados.

11.7. Simplificação dos procedimentos e das rotinas de controle dos abastecimentos de veículos, do sistema manual para o informatizado, proporcionando agilidade nos procedimentos, obtenção de informações da frota em tempo hábil, via internet, para tomada de decisões corretivas;

11.8. Redução de procedimentos administrativos, aumentando a transparência e a precisão das informações;

11.9. Modernização dos controles e redução do tempo de compilação e análise de dados;

11.10. Disponibilidade de um sistema de dados confiável, que facilita o controle e a fiscalização interna e externa.



- 11.11.** Quanto à eficiência, assegurar uma contratação que garanta a continuidade, no
- 11.12.** que depender de veículos oficiais, da efetiva funcionalidade da frota municipal.
- 11.13.** Em relação ao aproveitamento dos recursos humanos, a presente contratação
- 11.14.** possibilitará que servidores cumpram com maior qualidade as suas missões institucionais, melhorando assim a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

12.1. Não se vislumbra necessidade de adoção de providências de adequação para a solução ser contratada e o serviço prestado, uma vez que a infraestrutura atual, oferece condições para execução e gestão do contrato.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. Não existe, pela especificidade do objeto da contratação.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

14.1. A contratação em questão possui natureza de fornecimento contínuo, uma vez que se destina ao atendimento de necessidades públicas permanentes e indispensáveis ao funcionamento da Administração, cuja interrupção compromete a execução das atividades finalísticas. Nos termos da doutrina e da jurisprudência administrativa, a continuidade está diretamente relacionada à permanência da necessidade pública, e não apenas à forma da prestação.

14.2. Nesse sentido, o entendimento do Tribunal de Contas da União é firme no sentido de que a caracterização de serviços ou fornecimentos contínuos decorre da essencialidade da contratação para a manutenção das atividades administrativas e do interesse público, devendo ser analisada conforme o caso.

14.3. Ainda conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, a adoção de soluções contratuais estáveis para atendimento de necessidades permanentes visa evitar a interrupção da prestação dos serviços e assegurar maior eficiência administrativa, sendo legítima a contratação continuada quando houver padrão de demanda previsível e indispensabilidade.

14.4. Ressalta-se, por fim, que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, os fornecimentos contínuos são aqueles destinados à manutenção da atividade administrativa decorrente de necessidades permanentes, devendo ser assegurada sua execução sem solução de continuidade, sob pena de comprometimento da eficiência, da economicidade e da própria prestação do serviço público.

14.5. Conforme levantamento de mercado indicado na cláusula quarta deste Estudo Técnico Preliminar, é possível concluir que a solução mais viável, sob os aspectos técnicos, econômicos é a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Gestão de Frotas.

Telêmaco Borba, 18 de março de 2026.



15. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Considerando a natureza do objeto, conclui-se que área requisitante obtém conhecimento suficiente para pleitear a contratação do referido objeto sem o envolvimento de profissional técnico.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Nome Servidor: Gilberto dos Santos Aparecido

Matrícula nº: 11070

Cargo/função: Agente Administrativo

Assinatura: _____

16. ANUÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

De acordo com o ETP elaborado pela área requisitante;

Determino a continuidade dos procedimentos para a contratação pretendida.

Nome da autoridade: Izomar de Oliveira Pucci

Cargo/função: Secretário Municipal de Administração

Assinatura: _____





ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº ____ / ____

Empresa:

Denominação social:

Inscrição estadual ou municipal:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Telefone:

Nº do Banco:

Banco:

Agência:

Conta Corrente (com dígito):

Validade da proposta: 90 dias

LOTE 01					
Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade	Preço máximo unitário R\$	Preço máximo total R\$
2	Etanol combustível Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	LITROS	4.550	4,76	21.658,00
3	Gasolina comum tipo "C" Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	LITROS	600.000	6,75	4.050.000,00
4	Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	LITROS	99.600	6,86	683.256,00
5	Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.	LITROS	585.000	7,10	4.153.500,00
6	Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas:Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx) automotivo;Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR);Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente;Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias;O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241;O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Litro.	LITROS	11.100	4,08	45.288,00
VALOR TOTAL COMBUSTÍVEIS/ARLA: R\$ 8.953.702,00					
1	Serviço de gerenciamento e controle da frota de veículos do Município de Telêmaco Borba, através de sistema informatizado e integrado com utilização de etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar), com disponibilização de rede credenciada para gestão de abastecimento de combustíveis para veículos oficiais.	GLOBAL	Taxa de administração %		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$					

Devido às restrições do sistema Comprasnet, e para efeito de cadastramento das propostas e envio de lances para o item 1 (Serviços de Administração e Gerenciamento), a licitante deverá considerar o valor máximo estimado de contratação (Combustível/ARLA 32 + Taxa de Administração (percentual calculado sobre a média das propostas ofertadas pelos licitantes)) de R\$ 8.953.702,00 (VALOR DO CONTRATO) + R\$ 208.621,26 (TAXA) = R\$ 9.162.323,26. Até o limite de R\$ 8.953.702,00, entende-se como taxa de administração positiva ou igual a zero, abaixo desse valor será recebido como desconto sobre o valor do combustível (percentual abaixo de zero ou taxa negativa).



Local e data

Representante Legal ou Procurador do Licitante
(nome e assinatura)





ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026
Nº ____/2026
PROTOCOLO Nº ____/2026

PUBLICADO

Edição nº: _____

Data: ____/____/____ Pág. ____
Boletim Oficial do Município de Telêmaco Borba-PR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SÍ FIRMAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ E DE OUTRO LADO _____, CONFORME AS CLÁUSULAS ABAIXO:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Dr. Horácio Klabin, 37, inscrito no CNPJ/MF nº 76.170.240/0001-04, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **RITA MARA DE PAULA ARAÚJO**, brasileira, casada, farmacêutica, portadora do Registro de Identidade Civil n.º 30677250 SSP-PR e do CPF/MF n.º 514.049.159-15, residente e domiciliada nesta cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná.

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com endereço na _____, nº _____, CEP: _____, neste ato representada por _____, residente e domiciliado na cidade de _____, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviço Contínuo de Gestão de Abastecimento para Frotas, compreendendo o Fornecimento de Combustíveis Diversos, conforme especificações, quantidades e valores descritos na Requisição ao Compras em anexo e descrição abaixo, nas condições estabelecidas nesse documento e conforme termo de referência.

1.2. Objeto da contratação:

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	VALOR
42829 - Serviço de gerenciamento e controle da frota de veículos do Município de Telêmaco Borba, através de sistema informatizado e integrado com utilização de etiqueta com tecnologia RFID, ou NFC (ou similar), com disponibilização de rede credenciada para gestão de abastecimento de combustíveis para veículos oficiais.	6	7
6688 - Etanol combustível Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.		
9 - Gasolina comum tipo "C" Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.		
8099 - Óleo Diesel S-10 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.		
8018 - Óleo diesel comum tipo B S-500 Utilização automotivo; De acordo com a legislação vigente da ANP.		
42711 - Agente líquido ARLA 32 nas seguintes especificações mínimas: Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (NOx)		

⁶ **PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO:** O licitante deve oferta o maior desconto sobre a Taxa Administrativa para Gerenciamento do seu sistema, podendo ser aceito até Taxa de Desconto Negativas.

⁷ Percentual calculado sobre a média das propostas ofertadas pelos licitantes.



automotivo; Reagente para uso em sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR); Solução composta de 32,5% de uréia de alta pureza em água desmineralizada, transparente; Com presença de traços de biureto e presença limitada de aldeídos e outras substâncias; O produto deverá atender a norma ABNT NBR ISO 22241; O produto deverá ser certificado pelo INMETRO (Portaria nº 139 de 23 de março de 2011). Litro.		
Valor Total Anual:		R\$

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.3.1. O Termo de Referência;
1.3.2. Processo Licitatório;
1.3.3. A Proposta do contratado;
1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração;

2.2. O prazo de execução da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou documento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços ora contratados deverão ser executados em conformidade às disposições contidas no Edital, Termo de Referência, Anexos e orientações da Secretaria Municipal;

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 29.216, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples Apostila;

4.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput e Decretos Municipais nºs 29.203 e 29.216, ambos de 2023);

4.4. A fiscalização e gestão da contratação deste Processo, ficarão a cargo de:

4.5. **Fiscal do Contrato:** _____, matrícula _____;

4.6. **Gestor do Contrato:** _____, matrícula _____;

4.7. As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

4.8. O Fiscal deverá acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

4.9. O fiscal de contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

4.10. Cabe ao Fiscal do Contrato manter o Gestor formalmente ciente sobre qualquer ocorrência, falha operacional ou irregularidade que possa gerar impacto ambiental ou comprometer a responsabilidade técnica do município perante os órgãos fiscalizadores;

4.11. O fiscal, ou o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;

4.12. O Fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme previsto no § 1º, do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o Fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do objeto, determinando prazo para a correção;



4.14.O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

4.15.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do contrato;

4.16.O Fiscal do contrato comunicará ao Gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual quando cabível;

4.17.O fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

4.18.Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

4.19.Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente o gestor do contrato ou instrumento equivalente poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

4.20.O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo o histórico de gerenciamento do contrato com todos os registros formais da execução, tais como autorizações de fornecimento, notas de empenho, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatório periódico com vistas a verificar a necessidade de adequações para o pleno atendimento da finalidade da Administração Municipal;

4.21.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

4.22.O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

4.23.O gestor tomará providências para solicitar a instauração de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, nos termos do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023;

4.24.O gestor do contrato ou instrumento equivalente deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

4.25.O gestor do contrato ou instrumento equivalente deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – VALOR

6.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

6.3. A taxa de administração observará estritamente a redação das Cláusulas 1.6, 1.7 e 1.8 do Termo de Referência.

6.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos;

CLÁUSULA SETIMA – CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO

Particularidades dos Objetos

7.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar rede de postos de combustíveis credenciados, devidamente regularizados e habilitados junto aos órgãos competentes, aptos a fornecer, no



mínimo, os seguintes tipos de combustíveis: gasolina comum, etanol, diesel comum (B500), diesel S10 e ARLA 32, destinados ao abastecimento da frota de veículos oficiais do Município;

7.2. O abastecimento dos veículos deverá ser efetuado nos postos de revenda de combustíveis credenciados pelo fornecedor (bombas de abastecimento de combustíveis), obedecendo as normas da Agência Nacional do Petróleo, abastecendo os veículos com o combustível adequado, dentro dos padrões de qualidade pertinentes e nas quantidades solicitadas;

7.3. No âmbito do Município de Telêmaco Borba, a CONTRATADA deverá, de imediato, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, credenciar no mínimo 1 (um) postos de abastecimento, para os combustíveis: gasolina comum e diesel S10, para suprir as necessidades imediatas da frota do município e no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, credenciar, no mínimo, 03 (três) postos de abastecimento. Tais postos deverão assegurar, de forma individual ou conjunta (considerando a totalidade da rede credenciada no município), o fornecimento integral de todos os combustíveis e ARLA 32 elencados na tabela 1.2;

7.4. O vencedor da licitação, no ato da assinatura do Contrato, deverá comprovar a rede credenciada através de planilha contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone das empresas, conforme especificado no item 5.1.16 e 5.1.17 do Termo de Referência;

7.5. Os postos locais credenciados no município deverão estar habilitados a fornecer todos os tipos de combustíveis que comercializam, conforme especificações constantes na Tabela 1.2. Caso algum posto credenciado, de forma eventual ou permanente, se recuse a disponibilizar qualquer dos combustíveis normalmente ofertados em suas operações regulares, deverá ser imediatamente descredenciado e substituído por outro estabelecimento que assegure o fornecimento integral de todos os combustíveis com os quais opere;

Parágrafo único: O prazo estabelecido para o credenciamento dos 03 (três) postos de abastecimento (mínimo) poderá, excepcionalmente, ser prorrogado, mediante solicitação formal da CONTRATADA, devidamente fundamentada e encaminhada por escrito (inclusive por meio eletrônico), a qual será submetida à análise da Administração Municipal, que poderá, motivadamente, deferir ou indeferir o pedido, conforme o interesse público e a justificativa apresentada.

Do Gestão de Abastecimento para Frotas

7.8. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de gerenciamento eletrônico com acesso via Navegador Web, sendo acessível no mínimo em 2 (dois) navegadores, sendo Mozilla Firefox e Google Chrome ou similares que venham a substituí-los. Este sistema deverá ser fornecido com interface que permita total compatibilidade com os sistemas operacionais do CONTRATANTE;

7.9. O sistema deverá fornecer relatórios detalhados de consumo por veículo e por período, média de consumo por quilômetro;

7.10. Os relatórios deverão, ainda, permitir a identificação do condutor, o horário do abastecimento, o hodômetro do momento do abastecimento, a quantidade em litros e o tipo de combustível;

7.11. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas a serem definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

Sustentabilidade:

7.12. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº. 29209, de 2023:

7.13. O objeto a ser fornecido deverá atender à descrição e especificações técnicas contidas no respectivo item/ou nas respectivas Normas emitida(s) pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Manual do Fabricante, Instruções Normativas, ou outros documentos, informado(s) pelo Contratante, conforme o caso;

7.14. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN nº 01/2010, e legislação correlata, naquilo que couber;

7.15. Cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010);

Disponibilização do Sistema de Gestão de Abastecimentos:

7.16. A disponibilização e apresentação do sistema de gestão deverá ocorrer em até 07 (sete) dias, por parte da CONTRATADA, após a assinatura do contrato, junto à Comissão de recebimento ou servidor designado pela Secretaria Municipal de Administração, devendo a empresa apresentar todas as ferramentas, dados, documentos compatíveis com os testes de funcionalidades a serem realizados pelos Município, com a finalidade de verificar a validade da implantação do sistema e legitimidade dos dados de cadastramento da rede credenciada, dos bens da CONTRATANTE, usuários, operadores, gestores, fiscais etc. e a parametrização dos dados coletados, bem como a detecção e impressão das consulta de dados gerados pelo sistema em funcionamento;



7.17. A apresentação do sistema deverá ser realizada presencialmente por preposto da CONTRATADA com amplo conhecimento técnico do sistema, capaz de esclarecer os principais conceitos da estrutura do sistema, bem como apresentar as funcionalidades e outras ferramentas disponíveis no sistema;

7.18. O cadastro dos bens, condutores, usuários, operadores etc., será realizada pela prestadora de serviços em até 02 (dois) dias, após a entrega dos dados por parte da CONTRATANTE;

7.19. A implantação do sistema de serviço de gestão ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a conclusão da fase anterior;

7.20. Deverá emitir comprovante da transação realizada, independentemente da solicitação do condutor, com, no mínimo, os seguintes dados:

- I) Identificação do posto (nome e endereço);
- II) Identificação do veículo (placa ou patrimônio);
- III) Hodômetro do veículo no momento da operação;
- IV) Tipo de combustível utilizado;
- V) Data e hora da transação;
- VI) Quantidade de litros;
- VII) Valor da operação;
- VIII) Local destinado para o condutor informar sua Identificação (Matrícula, RG, CPF e etc.) e consignar sua assinatura ou senha pessoal.

7.21. A validação da parametrização do sistema será aferida pelo servidor designado pela CONTRATANTE, em até 05 (cinco) dias após a entrega das fases antecedentes.

7.22. O treinamento nos módulos e demais ferramentas do sistema deverá ocorrer durante os 05 (cinco) dias subsequentes da validação da parametrização do sistema.

7.23. A disponibilização da Rede Credenciada deverá ser iniciada no 5º dia após a assinatura do contrato, com prazo máximo de finalização em até 07 (sete) dias para disponibilizar toda a rede de postos credenciados.

7.24. As etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar), deverão ser implantadas no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total da frota em até 05 (cinco) dias úteis após a implantação do sistema e o restante, 50% (cinquenta por cento), até 10 (dez) dias úteis após a implantação do sistema.

7.25. Caberá exclusivamente à CONTRATANTE definir os critérios de prioridades de distribuição das etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar).

7.26. Serão disponibilizados sem ônus a CONTRATANTE, sempre que necessário, as etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar), para substituição/2º via, quando os que estiverem em uso apresentarem defeito ou forem inutilizados/perdidos, sem custo a CONTRATANTE.

7.27. Os valores dos combustíveis adquiridos serão faturados de acordo com o preço à vista de bomba, tendo sempre como limite o preço médio tabelado pela ANP.

7.28. Os valores máximos dos combustíveis fornecidos pela rede credenciada serão faturados de acordo com o preço médio da ANP do estado onde o abastecimento for efetuado.

7.29. Esses valores máximos estão disponibilizados no endereço eletrônico da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis:

7.30. <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-da-anp/painel-dinamico-de-precos-de-combustiveis-e-derivados-do-petroleo> .

7.31. Os serviços serão executados com estrita observância dos prazos e valores presentes nesta Termo de Referência.

7.32. A CONTRATADA deverá manter atualizada a lista dos postos de abastecimento integrantes da rede credenciada, disponível para consulta pelo fiscal do contrato no Sistema de gerenciamento, e informar, imediatamente à CONTRATANTE, eventuais inclusões e exclusões de postos credenciados.

7.33. Sendo obrigatório apresentar a disponibilidade de pelo menos um posto credenciado nos municípios indicados no ANEXO B do Termo de Referência;

Do Aplicativo:

7.34. O aplicativo deverá contemplar, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

7.35. O sistema deverá permitir o cadastro de forma online de gestores com perfil e níveis de alçadas para cada uma das divisões da prefeitura;



7.36. O sistema de autogestão deverá validar os parâmetros pré-definidos pela Unidade Gestora apresentados a baixo e em tempo real;

7.37. Efetuar eletronicamente o registro e o tratamento das informações de consumo dos serviços listados no Termo de Referência, através do uso de equipamentos especializados de leitura e gravação de dados instalados nos postos;

7.38. Permitir o cancelamento imediato da etiqueta, para os casos de perda/roubo, extravio ou outro evento informado pela Unidade Gestora;

7.39. Bloquear a operação da etiqueta eletrônico que esteja fora dos parâmetros restritivos definidos pelo Órgão;

7.40. Permitir a configuração de bloqueio automático de veículos e condutores que não realizar abastecimento em período estipulado pela CONTRATANTE;

7.41. Permitir a solicitação de 2ª (segunda) via da etiqueta no sistema;

7.42. Programação de bloqueio imediato ou por período de data;

7.43. Permitir a parametrização da autonomia e tolerância de km/l mínimo e máximo ou L/H mínima e máxima;

7.44. Permitir parametrização da capacidade de tanque por tipo de combustível autorizado;

7.45. Permitir alteração do responsável pela frota/veículos;

7.46. Parametrização restritiva e informativa do preço mínimo e máximo por tipo de combustível;

7.47. Parametrização restritiva e informativa da quantidade de abastecimentos por veículo por DIA, SEMANA e MÊS;

7.48. Parametrização restritiva e informativa de abastecimentos por data e hora;

7.49. Parametrização restritiva e informativa do tempo entre um abastecimento e outro;

7.50. Não aceitar quilometragem menor ou igual que a anterior;

7.51. Parametrização restritiva e informativa de controle de vencimento da carteira nacional de habilitação do motorista;

7.52. Parametrização restritiva e informativa da cota (L) de abastecimento;

7.53. Parametrização restritiva e informativa do Horário Restrito para abastecimento;

7.54. Parametrização restritiva e informativa do Dia da Semana restrito para abastecimento;

7.55. Assegurar que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota.

7.56. Meio de pagamento através de etiqueta para cada veículo/equipamento, vinculando placa, frota (unidade/secretaria credenciada) e tipo de combustível, bem como estabelecer parâmetros de controle a serem definidos pelo gestor da frota;

7.57. O sistema deverá permitir que sejam feitos avisos preventivos de vencimento de CNH ao Gestor;

7.58. Para as emissões de 2ª (segunda) via da etiqueta; o cancelamento da etiqueta que está em uso e o desbloqueio da 2ª (segunda) via ocorrerá simultaneamente mediante a 1ª (primeira) utilização da nova etiqueta;

7.59. Solução para que não seja gerada taxa de cobrança, nos meses subsequentes, pelas etiquetas ativas e não utilizadas no período de 30 (trinta) dias corridos;

7.60. Deverão ser lançados no sistema de gestão das etiquetas atualizadas em tempo real, o valor do abastecimento, litragem e quilometragem do veículo e estabelecimento após cada fornecimento.

7.61. A CONTRATADA deverá fornecer acesso aos estabelecimentos credenciados e a CONTRATANTE consultarem de forma online os valores devidos por cada transação, bem como histórico dos valores pagos e o comprovante de pagamento.

Dos Relatórios Operacionais:



7.62. Emitir relatório que contemple cada abastecimento realizado nos postos credenciados, como: modelo do veículo, placa, Unidade Gestora, condutor, limite financeiro do veículo, quantidade utilizada, preço pago, distância percorrida a partir do consumo do serviço anteriormente realizado (hodômetro), data, horário, nome do posto de abastecimento, além de outras necessárias ao controle da frota;

7.63. Possuir ferramenta que permita ao gestor do contrato selecionar as informações disponibilizadas no cadastro de veículos e assim gerar um relatório somente com os dados que julgue necessários para sua consulta, devendo o sistema permitir, cadastrar, alterar, desativar e nomear o seu próprio relatório. Este ao ser criado deverá ficar disponível no sistema. Poderão ser criados e nomeados quantos relatórios sejam necessários. As opções a serem disponibilizadas para que o gestor escolha e monte seu próprio relatório são no mínimo: data, tipo de frota, modelo de veículo, horário, motorista, placa, hodômetro ou Horímetro, serviços, quantidade, valor unitário, valor total, km rodada ou hora trabalhada, km/l e ou l/h, valor por km, estabelecimento, cidade do estabelecimento, uf.;

7.64. Informatização dos dados de consumo, no momento do abastecimento, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do condutor, do estabelecimento, data e horário, tipos de combustíveis, quantidade em litros, em reais (R\$), médias praticadas por veículo;

7.65. Relatório com a rede de estabelecimento credenciado e valores praticados dos combustíveis atualizados;

7.66. Lista de veículos próprios por unidade gestora;

7.67. Relação de condutores por secretaria;

7.68. Relação de gestores por secretaria;

7.69. Relação de veículos por secretaria;

7.70. Relatório (diário, mensal, em intervalo de datas definidas) de utilização dos serviços por condutor; por veículo; por Unidade Gestora; por posto credenciado; por caminhão comboio; por localidade; por serviço e outros que possam vir a ser solicitados, durante o período de vigência do contrato e prorrogações, caso estes venham a ser firmados;

7.71. Permitir consulta do cadastro e consumo dos veículos das Unidades Gestoras dentro do mesmo ambiente;

7.72. Emissão de relatório de veículos bloqueados automaticamente;

7.73. Emissão de relatório de motoristas bloqueados automaticamente;

7.74. O sistema deverá disponibilizar a base de dados em formato eletrônico com layout definido pela CONTRATANTE;

7.75. Relatórios dos abastecimentos realizados na rede credenciada com o respectivo número do cupom fiscal referente à compra realizada;

7.76. Os relatórios deverão ser programados em modo paisagem quando necessário ou solicitado pela Administração e com tamanho de fonte que possam proporcionar melhor leitura para os usuários;

7.77. As datas de abastecimento deverão ser em ordem crescente e separada por veículo e centro de custo;

7.78. No final do relatório deverá informar a quantidade do combustível (abastecimento) separado por: gasolina, diesel BS500, diesel S10, etanol e ARLA 32, quantidades e valor total de cada;

7.79. Permitir a manutenção dos cadastros, parametrizações e emissão de relatórios operacionais e financeiros para controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas com os serviços contidos neste projeto básico, em cada base operacional do sistema;

7.80. Fornecer as informações a Unidade Gestora do contrato e permitir a emissão de relatórios relativos a todo o período de vigência do contrato, sendo flexível, a seleção do período de consulta e a seleção das secretarias/unidades;

7.81. O software de gerenciamento da frota deve fornecer as informações e emissão de relatórios, contemplando o período mensal, no qual deverá iniciar no primeiro dia do mês e terminar no último dia do mês;

7.82. O relatório poderá ser alterado de acordo com a necessidade dos gerenciadores por parte da CONTRATANTE;

Da Implantação Do Sistema:



7.83. Implantar no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, o serviço de gerenciamento do abastecimento de combustíveis para veículos oficiais da Prefeitura de Telêmaco Borba, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado e etiquetas para cada veículo, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, que habilitará os motoristas e condutores para aquisição de combustível junto à rede credenciada da CONTRATADA.

A implantação pela CONTRATADA compreende:

7.84. Planejamento da implantação e validação pela CONTRATANTE;

7.85. Cadastramento e registro dos veículos da frota da CONTRATANTE;

7.86. Cadastramento de todos os usuários e Gestores do Sistema, com seus respectivos níveis de acesso;

7.87. Cadastramento de todos os motoristas e condutores dos veículos da CONTRATANTE;

7.88. Apresentação da relação de no mínimo 03 (três) postos de combustível na cidade da licitante;

7.89. Treinamento de usuários, gestores, motoristas e condutores;

7.90. Treinamento da rede credenciada.

7.91. rede de postos de combustível credenciados e disponibilizados pela CONTRATADA deverão ser o suficiente para o pleno atendimento da demanda básica de serviços da Unidade Administrativa, contendo até a assinatura do contrato, no mínimo 01 (um) postos credenciados de combustível no Município. O serviço deverá ser utilizado imediatamente após a implantação conforme estabelecido no Item 4.1.3. do Termo de Referência.

7.92. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, em todo ou em parte, para terceiros, seja para empresas subsidiárias ou inclusive do mesmo grupo econômico, seja da solução tecnológica de gerenciamento (sistema utilizado pela CONTRATANTE e pelos postos credenciados), da qual deverá a licitante ser proprietária, seja dos sistemas de captura das transações eletrônicas, dos quais também deverá a licitante ser proprietária.

Integração ao Sistema de Gestão Pública:

7.93. A contratada deverá garantir no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogável por igual período, desde que, justificado por escrito e plenamente aceito pela administração pública, a integração total das informações disponibilizadas pelo sistema de gestão de frotas e abastecimento ao sistema de gestão pública atualmente utilizados pelo município ou sistema que venham a suceder este, sendo disponibilizado pelo município as informações necessárias para a criação e APIs e o contato direto com a empresa gestoras do sistema de gestão pública e banco de dados conforme Nota Técnica repassadas pela empresa, em anexo a este Termo de Referência.

Treinamento Dos Condutores E Gestores:

7.94. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem ônus para a CONTRATANTE, programa de capacitação de pessoal para todos os condutores e gestores envolvidos na utilização do Sistema, incluindo:

7.95. Operações de Cadastramento, parametrização das etiquetas e limite de crédito;

7.96. Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios;

7.97. Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las;

7.98. Aplicação prática do Sistema;

7.99. Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

A Etiqueta RFID, NFC ou Tecnologia Equivalente:

7.100. Os dispositivos deverão ser fornecidos e instalados diretamente nos veículos de modo a coibir qualquer fraude.

7.101. A validade do dispositivo deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses;



7.102. Deverá fornecer e instalar novas etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar), quando solicitado pela responsável da secretaria de Frotas (fiscal do contrato), no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados da solicitação por escrito, e-mail ou internamente no próprio Sistema de Gerenciamento, devendo-se justificar a razão da solicitação (roubo, perda etc.);

7.103. Na hipótese de aquisição de novos veículos, a CONTRATADA deverá fornecer novas etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar) em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.104. No caso de reemissão, decorrente de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeições da etiqueta, poderá ser solicitada diretamente pelo usuário através da Central de atendimento eletrônico, a CONTRATADA deverá fornecer a etiqueta em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.105. As etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar) deverão possuir tecnologia de identificação sem a intervenção humana dos dados dos veículos, dispositivo de segurança atrelado a adesivo de tal forma que se tornem fisicamente inoperantes quando removidos da sua localização original, impedindo a identificação do veículo no sistema da rede credenciada.

7.106. O valor do crédito disponibilizado para cada veículo corresponderá rigorosamente aos valores solicitados/autorizados pela CONTRATANTE.

7.107. A CONTRATADA deverá observar os valores pré-definidos e autorizados pela CONTRATANTE, para cada veículo e/ou unidade (centro de custo), não podendo qualquer atendimento ultrapassar os valores autorizados, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo pagamento dos valores excedidos ao limite autorizado;

7.108. A CONTRATADA deverá substituir sem ônus as etiquetas que tenham perdido a validade ou que apresentarem defeitos que impeçam a sua utilização ou, ainda, que tenham sido extraviados em, no máximo, 05 (cinco) dias úteis após a solicitação da CONTRATANTE.

7.109. A CONTRATADA deverá disponibilizar no sistema para o Gestor providenciar o cancelamento/bloqueio imediato das etiquetas que forem extraviados/furtados.

7.110. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelos gastos efetuados pelas etiquetas extraviados/furtados após a data da comunicação à CONTRATADA.

7.111. Nos locais onde não haja a possibilidade de utilização da etiqueta RFID, a CONTRATADA deverá garantir que a operação ocorra mediante outra tecnologia que inviabilize a ocorrência de fraudes.

Controle Do Abastecimento:

7.112. O sistema deverá fornecer relatórios detalhados de consumo por veículo e por período, média de consumo por quilômetro.

7.113. Os relatórios deverão, ainda, permitir a identificação do condutor, o horário do abastecimento, o hodômetro do momento do abastecimento, a quantidade em litros e o tipo de combustível;

7.114. Informar do preço mínimo e máximo por tipo de combustível;

7.115. Parametrizar a quantidade de abastecimentos por veículo por DIA, SEMANA e MÊS;

7.116. Parametrizar abastecimentos por data e hora;

7.117. Parametrizar o tempo entre um abastecimento e outro;

7.118. Parametrizar a cota (L) de abastecimento;

7.119. Parametrizar o Horário Restrito para abastecimento;

7.120. Parametrizar o Dia da Semana restrito para abastecimento;

7.121. Assegurar que não possam ser abastecidos veículos que não estejam cadastrados na frota.

7.122. Meio de pagamento através de etiqueta individual e personalizada para cada veículo/equipamento, vinculando placa, frota (unidade/secretaria credenciada) e tipo de combustível, bem como estabelecer parâmetros de controle a serem definidos pelo gestor da frota;

7.123. Deve permitir a identificação do usuário, com senha pessoal por condutor, de maneira a possibilitar o efetivo controle sobre as transações efetuadas evitando transações indevidas;



Apresentação De Laudo/Teste:

7.124. Apresentar a critério da CONTRATANTE, quando solicitado, os laudos/testes dos combustíveis dos postos de combustíveis indicados pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para o Município;

7.125. Os procedimentos detalhados para a realização dos laudos/testes de qualidade dos combustíveis deverão seguir a legislação específica editada pela ANP;

Local, Prazo E Condições De Abastecimento:

7.126. Obrigatório apresentar a disponibilidade de pelo menos (1) um posto credenciado nas cidades discriminadas no ANEXO B do Termo de Referência e 3 (três) postos na cidade sede da CONTRATANTE.

7.127. Dentro do Município de Telêmaco Borba ao menos 2 (dois) postos credenciados deverão possuir atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;

CLÁUSULA OITAVA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 7 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) Data da emissão;
- c) Dados do empenho e do órgão contratante;
- d) Período respectivo de execução;
- e) Valor a pagar.
- f) Informações idênticas das contidas na nota de Empenho;
- g) Tributos incidentes;

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

8.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Recebimento do Objeto

8.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

8.6. O recebimento definitivo ocorrerá de imediato, pelo fiscal/gestor do contrato desde que o relatório de consumo esteja em conformidade as especificações do CONTRATANTE ou tenha sido devidamente adequado.

8.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição das exigências contratuais.

8.8. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.9. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências no serviço ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato ou instrumento equivalente.

Prazo de pagamento

8.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.



Forma de pagamento

- 8.12. Para o pagamento a contratada deverá possuir conta corrente jurídica (em nome da empresa), com os mesmos dados da ata/contrato;
- 8.13. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 8.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1. Exercer a fiscalização dos serviços, por meio de servidores designados;
- 9.2. Prover a contratada nome e telefone dos responsáveis pelo recebimento e aceite dos serviços.
- 9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 9.4. Comunicar formalmente à Contratada qualquer irregularidade na prestação do serviço em desacordo com as especificações do Termo de Referência;
- 9.5. 5.10.6. Orientar, supervisionar e controlar a Fiscalização; Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre as irregularidades ou falhas constatadas na execução dos serviços, fixando prazos para as devidas correções;
- 9.6. Efetuar o pagamento em até 15 dias após o recebimento da Nota Fiscal e Relatório de atividades.
- 9.7. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 9.8. Comunicar à contratada o não-recebimento do serviço, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas no termo de referência ou na proposta apresentada;
- 9.9. Proporcionar as condições para que a contratada possa cumprir as obrigações pactuadas, garantindo o acesso às áreas públicas listadas no cronograma;
- 9.10. Fornecer a relação dos veículos pertencentes à frota da CONTRATANTE (ANEXO A do Termo de Referência) autorizados a utilizar os produtos fornecidos bem como dos motoristas e condutores autorizados a abastecer
- 9.11. Solicitar à empresa o cadastramento dos servidores que terão acesso ao sistema, com no mínimo dois níveis: o de administrador (com poderes de alteração de limites de crédito) e o de usuário (apenas com acesso a relatórios).
- 9.12. Requerer à CONTRATADA a emissão de segunda via no caso de extravio ou danos a etiqueta com tecnologia RFID ou NFC (ou similar) destinada ao veículo;
- 9.13. Solicitar o cancelamento definitivo das etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar) destinadas aos veículos, em caso de alienação ou descredenciamento;
- 9.14. Informar, imediatamente, à CONTRATADA o furto, o roubo ou o extravio da etiqueta com tecnologia RFID ou NFC (ou similar) destinada ao veículo.
- 9.15. Conferir, receber e atestar as faturas/notas fiscais de cobrança emitidas pela CONTRATADA.
- 9.16. Efetuar o pagamento das faturas/notas fiscais de cobrança emitidas pela CONTRATADA.
- 9.17. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação dos serviços objeto da contratação.
- 9.18. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho rejeitando no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com o contrato;



- 9.19. Solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com o objeto contratado;
- 9.20. Assegurar-se de que os preços dos valores da bomba de combustível, disponibilizada pela CONTRATADA no subitem 5.4.31 do Termo de Referência estão atualizados com o praticado no mercado, através de orçamento quanto for necessário;
- 9.21. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais;
- 9.22. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessários à execução do Contrato;
- 9.23. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.24. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor público especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.25. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.26. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.27. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 9.28. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.29. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
- 9.30. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- 9.31. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.32. Adotar as medidas judiciais cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 9.33. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos específicos quando a CONTRATADA houver se beneficiado de margem de preferência estabelecida em Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 10.1. A Contratada obriga-se a executar o objeto em estrita conformidade com as normas, especificações e prazos estabelecidos neste Contrato, no Edital de Licitação e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução; devendo manter, durante toda a vigência do contrato e suas eventuais prorrogações, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e pela legislação vigente, apresentando à Contratante, sempre que exigido, os respectivos comprovantes de regularidade;
- 10.2. A CONTRATADA assume integral responsabilidade pela garantia e qualidade do combustível fornecido pela rede credenciada, que deverá atender estritamente à legislação vigente, às exigências do Termo de Referência e às normas técnicas da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em especial a Portaria nº 309/2001 (Regulamento Técnico ANP nº 5/2001) ou regulamentação superveniente, praticando obrigatoriamente o desconto homologado na licitação sobre o valor aferido pela ANP no período;
- 10.3. A CONTRATADA deverá indicar e manter, durante toda a vigência do contrato, preposto com atendimento presencial e poderes para representar a empresa perante a CONTRATANTE, inclusive para o atendimento imediato de solicitações, prestação de informações técnicas e correção de eventuais irregularidades na execução do objeto;
- 10.4. A CONTRATADA obriga-se a acatar e atender prontamente às decisões, observações, solicitações e determinações regulares emitidas pela fiscalização, pelo gestor do contrato ou por autoridade superior da CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos, informações e exigências necessários à perfeita execução do objeto e ao fornecimento dos materiais;
- 10.5. A Contratada deverá comunicar imediatamente à Contratante qualquer anormalidade ou motivo impeditivo que impossibilite ou dificulte o fornecimento; em caso de interrupção por falta



de combustível, panes ou força maior, a Contratada deverá providenciar alternativas de abastecimento sem ônus adicionais para o Município, mantendo as condições acordadas e observando o prazo máximo de até 02 (duas) horas após a comunicação, sob pena de sanções;

10.6. Fica ao encargo da CONTRATADA o controle e a fiscalização da qualidade dos produtos, devendo esta acompanhar a divulgação de postos atuados ou interditados pela ANP e comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer irregularidade detectada;

10.7. A Contratada responde objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais causados ao Município ou a terceiros, decorrentes do fornecimento de combustível, seja por vício de fabricação, falha na qualidade ou por ação/omissão de seus prepostos, aplicando-se, subsidiariamente, as normas de responsabilidade civil previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

10.8. A Contratada assume a responsabilidade pela integralidade das despesas e pelo adimplemento de todos os encargos e obrigações, de qualquer natureza, previstos na legislação vigente e decorrentes da presente contratação;

10.9. Quando for o caso, assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus funcionários no desempenho de alguma atividade pertinente ao fornecimento do combustível.

10.10. A Contratada deverá apresentar mensalmente à Contratante, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, relatório de abastecimento extraído do sistema do posto, contendo os dados do período e o registro de todas as ocorrências mensais, conforme modelo estabelecido no **Anexo A do Termo de Referência**, providenciando as adequações necessárias em seu sistema para atender a esta exigência;

10.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da produtividade ou insumos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis de descarte e frete, devendo complementa-los caso o previsto inicialmente não seja satisfatório, exceto nos casos do art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

10.12. A Contratada assume integral e exclusiva responsabilidade pelo pagamento de todos os tributos, tarifas, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária, social e tributária decorrentes da execução do objeto, bem como pelo fiel cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas, ressaltando-se que a inadimplência da Contratada, com relação a tais encargos, não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

10.13. A Contratada responderá integralmente por quaisquer danos pessoais ou materiais, bem como por vícios decorrentes da execução do objeto, causados diretamente à Administração ou a terceiros, inclusive danos a veículos e bens da Contratante, resultantes de dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia) de seus empregados, prepostos ou de pessoal da rede credenciada. A fiscalização ou o acompanhamento exercido pelo órgão interessado não exclui nem reduz essa responsabilidade, devendo a Contratada promover o ressarcimento imediato e integral dos prejuízos apurados;

10.14. Não deverá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto do contrato de prestação de serviços sem prévio consentimento, por escrito, do CONTRATANTE.

10.15. A indicação deverá contemplar o preposto e seu substituto, informando números de telefone (fixo e móvel) e endereço eletrônico, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente qualquer alteração nesses dados ou na constituição de seus poderes;

10.16. O preposto ou representante legal deverá participar de reuniões previamente agendadas pela CONTRATANTE para tratar de problemas técnicos ou assuntos que possam influenciar a continuidade da execução dos serviços;

10.17. A CONTRATADA deverá atender às solicitações, reclamações e correções de deficiências apontadas pela CONTRATANTE, observando os seguintes prazos máximos, sob pena de aplicação de sanções:

a) Até 02 (duas) horas para a regularização dos serviços em caso de interrupção do fornecimento ou falhas operacionais que impeçam o abastecimento;

b) Até 24 (vinte e quatro) horas para a correção de deficiências na execução dos serviços, atendimento de reclamações gerais ou comunicação de anormalidades de caráter urgente;

c) Até 03 (três) dias úteis para a prestação de esclarecimentos e informações de natureza administrativa ou técnica solicitados formalmente pela CONTRATANTE;

10.18. Comunicar por escrito eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

10.19. Prazo para regularização dos serviços deverá ser de no máximo 2 (duas) horas.

10.20. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma



meticulosa, devendo estar operado através de estrutura organizada própria e dotada de sistema de segurança por meio da web contra desvios, falsificações e/ou fraudes;

10.21. Assumir inteira responsabilidade pelas operações financeiras acordadas entre si e a rede credenciada, não podendo, em hipótese alguma, socorrer-se da CONTRATANTE para fins de ressarcimento a qualquer título;

10.22. Prover canal de atendimento 24 horas para prestar esclarecimentos, atender possíveis reclamações e providenciar o atendimento das solicitações formuladas;

10.23. Orientar e cobrar dos postos conveniados com a CONTRATADA que deverão fornecer ao condutor do veículo uma via do comprovante da operação para aquisição de combustível, no ato do abastecimento;

10.24. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

10.25. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência do contrato, para adoção das medidas cabíveis;

10.26. Entregar nos prazos estabelecidos, documentos e informações definidos ou que vierem a ser solicitados;

10.27. Organizar, manter e administrar rede de estabelecimentos que aceite como forma de pagamento as etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar), contratados na quantidade necessária para melhor atendimento;

10.28. Fornece, sem ônus para a CONTRATANTE, as etiquetas com tecnologia RFID ou NFC (ou similar) na quantidade equivalente à frota das unidades participantes.

10.29. Conforme necessidade da CONTRATANTE, o credenciamento de novos postos de combustível deverá ser efetivado pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias contados da data da solicitação;

10.30. A CONTRATADA deverá fiscalizar junto à rede credenciada se os preços estão condizentes com o valor de mercado, sob pena de rescisão contratual, caso seja constatado que a rede credenciada está praticando valores acima do de mercado.

10.31. Caso o produto seja recusado por não satisfazer aos padrões técnicos, ou sejam constatados danos em veículos decorrentes de combustível incompatível ou de má qualidade, a CONTRATADA deverá efetuar a imediata substituição do produto e arcar com todos os custos de manutenção corretiva, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

10.32. Caso algum dos postos credenciados conste na relação de unidades autuadas ou interditadas pela ANP, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição do credenciamento no prazo máximo de 03 (três) dias;

10.33. Prover forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso de impossibilidade temporária de se efetuar a transação em meio eletrônico;

10.34. Efetuar, sob sua exclusiva responsabilidade, os pagamentos devidos aos estabelecimentos com os quais mantém convênios.

10.35. A CONTRATANTE não responderá solidariamente ou subsidiariamente por esse pagamento;

10.36. Tomar providências imediatas para sanar problemas oriundos da utilização dos serviços prestados pelos estabelecimentos conveniados;

10.37. A CONTRATADA obriga-se a manter atualizados todos os seus dados cadastrais e os de seu Representante Legal, devendo, em caso de alteração deste último, apresentar a documentação comprobatória de seus poderes, bem como os dados de testemunha para assinatura de instrumentos obrigacionais, informando tais dados em todas as manifestações relativas a alterações contratuais;

10.38. Manter atualizada a relação das empresas com as quais mantenha convênio, comunicando à CONTRATANTE qualquer acréscimo ou supressão na relação de conveniados;

10.39. Disponibilizar no sistema, atualização mensalmente os valores na bomba de combustível praticados na rede credenciada pertencentes ao município da licitante.

10.40. Alertar a CONTRATANTE, através da Fiscalização, e com a urgência necessária, acerca das deficiências ou erros verificados durante a execução dos serviços, que possam pôr em risco o seu pleno atendimento, tornando-o inadequado à sua finalidade ou onerar desnecessariamente seus custos;

10.41. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar Relatório, devidamente anexado à Nota Fiscal/Fatura do mês anterior, constando as ocorrências mensais;



10.42. À CONTRATADA é proibida a prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos serviços, objeto do Contrato, ou divulgá-los através da imprensa escrita, falada, televisada e/ou outro meio qualquer de divulgação pública, salvo autorização expressa da CONTRATANTE;

10.43. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

10.44. Apresentar relação de sua rede credenciada no ato da assinatura do contrato.

10.45. Informar às credenciadas que são de inteira responsabilidade dessas as obrigações decorrentes da legislação trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, de acidente de trabalho e as demais previstas na legislação específica, inclusive relativas aos recursos humanos de suas credenciadas, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE.

10.46. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

10.47. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.48. Promover treinamento para sua rede credenciada/usuários dos instrumentos periféricos dos sistemas contratados, tanto na fase de implantação quanto na fase de operação, e orientá-los sobre a correta utilização, possibilitando o uso adequado do sistema, permanentemente e sempre que se mostrar necessário, para não inviabilizar o uso de um credenciado, disponibilizando um canal de comunicação viável e acessível para todos, realizando, semestralmente, pesquisa de satisfação, que deverá ser apresentada a CONTRATANTE.

10.49. Possibilitar a ampliação gradativa da Rede Credenciada, incluindo outras localidades, mediante solicitação da CONTRATANTE.

10.50. Possibilitar solução web Service, para exportação de todas as informações constantes no seu banco de dados referentes aos veículos do CONTRATANTE.

10.51. Disponibilizar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos à rede de estabelecimentos credenciados.

10.52. Responsabilizar-se totalmente pelos pagamentos aos estabelecimentos comerciais credenciados, sendo que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por nenhum pagamento, ou obrigação trabalhista.

10.53. Permitir o livre acesso de servidores da CONTRATANTE às instalações de suas credenciadas, para o acompanhamento dos serviços durante a sua execução.

10.54. Fornecer aplicativo elaborado em ambiente web, compatível com o sistema operacional de informática utilizado pela CONTRATANTE, que permita capturar informações da frota em rede credenciada, proporcionando controle total sobre as operações, identificando os veículos, condutores e seus prestadores de serviços, gerando histórico detalhado e observando prazo para atendimento.

10.55. Realizar treinamento operacional dos fiscais responsáveis e usuários do sistema informatizado e integrado para gestão de frota da CONTRATANTE, sem qualquer ônus para a mesma.

10.56. Disponibilizar relatórios, a partir de um período preestabelecido pelo gestor do contrato, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

10.57. Disponibilizar em sítio eletrônico, meios de navegação capazes de gerenciar os abastecimentos.

10.58. Ainda, o sistema deverá interagir com os usuários e prestadores de serviço, respeitando os níveis de acesso que forem determinados pelo CONTRATANTE, com segurança que comprove que o sistema informatizado possui as funcionalidades neste Termo de Referência.

10.59. Fornecer completo suporte de utilização e reparação do sistema, mantendo-o totalmente operacional em pelo menos 90% do dia, provendo meios de operacionalizá-lo, caso ocorra alguma falha no sistema eletrônico.

10.60. Manter todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada (postos e distribuidoras) da empresa CONTRATADA, informados de que cabe à CONTRATADA, reembolsos de quaisquer naturezas ou em quaisquer hipóteses, inexistindo qualquer relação financeira entre a CONTRATANTE e tais prestadores de serviço.

10.61. Responsabilizar-se inteiramente pela produção do sistema informatizado de gerenciamento, incluindo, mas não se limitando, a equipamentos servidores, hospedagem das aplicações do sistema em sítio próprio, manutenção das bases de dados, procedimentos de instalação, migração, backup, recuperação, segurança, treinamento a usuários finais, ambiente e softwares operacionais, e quaisquer outras



atividades, softwares, hardwares ou serviços necessários à operação e produção plena do sistema em questão, com todas as suas funcionalidades previstas.

10.62. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

10.63. Sempre que requisitada a empresa deverá fornecer toda a documentação citada no item 5.13.69 ao setor responsável pela fiscalização do contrato no prazo de 5 dias úteis após a solicitação.

- a) Certidões:
- b) CND FGTS.
- c) CND Municipal.
- d) CND Estadual.
- e) CND Federal/INSS.
- f) CND Trabalhista.
- g) Certidão negativa de falência;

10.64. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.65. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

10.66. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

10.67. Providenciar o repasse dos valores devidos às credenciadas, tão logo seja efetuado o pagamento às credenciadoras, com a devida comprovação à CONTRATANTE, sob pena de suspensão de pagamentos posteriores até a quitação dos débitos com a credenciada.

10.68. A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos e obrigações constantes do Termo de Referência, Proposta Comercial, Contrato, Nota de Empenho ou instrumento congênere, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, bem como a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto.

10.69. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações deste Instrumento.

10.70. Realizar a transição contratual com transferência das informações acumuladas no Sistema Informatizado de Gestão de forma que seja mantida disponível a base de dados alimentada pela CONTRATANTE para o novo sistema a ser contratado quando a finalização do Contrato que resultará da licitação objeto deste Instrumento;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato, por dolo ou culpa do contratado, poderá ensejar a aplicação das seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - multa: moratória ou compensatória;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.2. A aplicação das sanções, inclusive a advertência, será precedida do devido processo legal, no qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. A competência para determinar a instauração do processo administrativo é do Chefe do Poder Executivo municipal, ou de quem dele receber delegação de competência.

11.4. A penalidade será aplicada pelo Secretário da pasta a que o contrato está vinculado.

11.5. A aplicação das sanções previstas em Lei não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração municipal.

11.6. A Administração municipal tem o dever de instaurar processo administrativo para apurar a responsabilidade da empresa, em virtude de inexecução contratual, salvo se comprovado que o descumprimento decorreu de culpa da própria Administração, caso fortuito, força maior ou fato imputável exclusivamente a terceiros.

11.7. O fiscal do contrato, após registrar em relatório o descumprimento contratual, deverá reportar a situação ao gestor de contrato, a quem caberá solicitar ao Chefe do Poder Executivo municipal autorização para instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade.



11.8. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o art. 158, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por comissão composta por, no mínimo, 02 (dois) servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, designada pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

11.9. O procedimento para aplicação de penalidades administrativas é o expresso no Decreto nº 29.216, de 13 de março de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, e nos arts. 28 e 29, do Decreto Municipal nº. 29216, de 2023, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III) Indenizações e multas;

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.8. Este contrato poderá ser extinto:

- I) por ato unilateral e escrito da Administração municipal, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II) consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração municipal e não reste caracterizado o descumprimento contratual por culpa do contratado;
- III) determinada por decisão judicial;

12.9. A extinção determinada por ato unilateral do contratante e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo;

12.10. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I) devolução da garantia;
- II) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; e
- III) pagamento do custo da desmobilização;

12.11. A extinção determinada por ato unilateral do contratante poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato, as seguintes consequências:

- I) assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração municipal;
- II) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECURSOS FINANCEIROS

13.1. As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:



Ano	Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
2026						
2026						

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ENCARGOS

14.1. Correrá à conta da **CONTRATADA** todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social e tributária incidente em face da presente contratação, que deverá ser comprovada ao **CONTRATANTE**, isentando o **CONTRATANTE** de tais ônus.

CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTES

15.1. Considerando que os preços dos combustíveis serão ajustados mensalmente com base na média divulgada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) no âmbito estadual, não se aplica o reajuste anual previsto para contratos administrativos. Assim, em eventuais prorrogações, haverá apenas a renovação do prazo contratual, mantidas as condições originalmente pactuadas para os Combustíveis (BS500 e S10);

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021 no que couber;

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. O presente Instrumento de Contrato será publicado na imprensa Oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

18.2. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

19.2. O Contratado deverá manter sigilo sobre dados, documentos, transações efetuadas e demais informações que tiver acesso, durante a execução contratual do objeto, devendo coibir qualquer prática contrária às normas da Contratante, salvo por requisição de responsável da parte desta, devidamente formalizada;

19.3. Dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;



- 19.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- 19.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;
- 19.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;
- 19.7. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
- 19.8. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;
- 19.9. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;
- 19.10. Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;
- 19.11. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;
- 19.12. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;
- 19.13. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD;
- 19.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. As partes contratuais ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da comarca de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, independentemente de qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que, em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, respondendo por si e por seus legais sucessores.

Telêmaco Borba, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

Estado do Paraná
CNPJ: 76.170.240/0001-04
Rita Mara De Paula Araújo
Prefeita

CNPJ nº _____

Representante Legal

Matrícula _____
Gestor do Contrato

Matrícula _____
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Rodrigo Otavio Safraiter
Matricula 10321

Franklin Xavier
Matricula 9610